

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

**DISCURSOS JUDICIAIS SOBRE HOMICÍDIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO  
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: AMBIGUIDADES DO DIREITO  
COMO TECNOLOGIA DE GÊNERO**

**SINARA GUMIERI VIEIRA**

BRASÍLIA

2013

SINARA GUMIERI VIEIRA

**DISCURSOS JUDICIAIS SOBRE HOMICÍDIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO  
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: AMBIGUIDADES DO DIREITO  
COMO TECNOLOGIA DE GÊNERO**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Direito da  
Universidade de Brasília como requisito para  
obtenção do título de bacharela em Direito.  
Orientadora: Profa. Dra. Debora Diniz**

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

2013

SINARA GUMIERI VIEIRA

DISCURSOS JUDICIAIS SOBRE HOMICÍDIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: AMBIGUIDADES DO DIREITO COMO  
TECNOLOGIA DE GÊNERO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Direito da Universidade  
de Brasília como requisito para obtenção do título  
de bacharela em Direito.

A candidata foi considerada \_\_\_\_\_ pela banca examinadora.

---

Professora Doutora Debora Diniz  
Orientadora

---

Professora Doutora Ela Wiecko de Volkmer Castilho  
Membro

---

Professora Mestra Carolina Costa Ferreira  
Membro

---

Professora Mestra Livia Gimenes Dias da Fonseca  
Membro Suplente

Brasília, 27 de fevereiro de 2013.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha orientadora, Profa. Debora Diniz. Pela dedicação e paciência incomparáveis como leitora-ouvidora, pelas valiosas provocações teóricas, por ser uma inspiração para tantas de nós, em busca de voz.

Às companheiras orientandas, Luana Dallposso, Liris Cordeiro e Helena Lancellotti, por compartilharem comigo angústias, temores, tremores e prazos nesse processo monográfico.

À Janaína Penalva, coordenadora da pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”, e às colegas pesquisadoras de campo, Bruna Costa, Esther Weyl e Malu Rodrigues, por essa que foi minha primeira experiência de pesquisa e que me proporcionou as inquietações e o acervo processual que me trouxeram a este trabalho.

A toda a equipe da Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Fabiana Paranhos, João Neves, Mayara Araújo, Miryam Mastrella, Sandra Costa e Seânio Sales, pelo suporte em tantas e tantas tarefas do cotidiano da pesquisa, e especialmente a Juliana Paiva, pelas preciosas dicas de como conversar com meus dados.

Este trabalho é um ponto final em uma trajetória universitária de seis anos. Nessa caminhada, alguns passos dados em outras direções merecem ser destacados, porque deram o tom do caminho. Assim, agradeço ao Projeto Universitários Vão à Escola, às crianças de Itapoã e a todas as uveanas, de diferentes gerações, por me ensinarem a perguntar “educação pra quê?”, e por me mostrarem porque a extensão popular, dialógica e transformadora, é tão fundamental à Universidade socialmente referenciada sonhada por Darcy Ribeiro.

Agradeço também ao Fórum de Extensão da Faculdade de Direito, ao Movimento Extensionista e ao Centro Acadêmico de Direito pelas boas brigas, e por mostrarem que lugar de estudante é na sala de aula e na rua e nos espaços deliberativos e nas festas e nas bibliotecas e nos laboratórios, tudo junto e ao mesmo tempo.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial em Direito – PET-Dir, às encantadoras petianas e ao Prof. Alexandre Bernardino Costa pela construção diária de um oásis em meio à aridez da educação jurídica tradicional, bancária e empinguinizadora, e pelos sonhos coletivos em rosa-ipê.

Por fim, os agradecimentos sempre insuficientes às vozes que me constituem. Clenir Gumieri, Jurandir e Livia Vieira, pelo amor e apoio incondicionais, por me permitirem sonhar

tanto de olhos abertos, por tolerarem tão elegantemente minha porta fechada e minhas displicências. Ao Matriarcado (Bruna Costa, Laura Senra, Luna Borges, Talitha Selvatti, e em especial a Gabriela Rondon, Milena Pinheiro, Renata Costa e Saionara Reis, pelo aconchego cotidiano), pelas inspirações feministas e pela irmandade. A Diego Nardi, pela amizade que construiu minha graduação. A João Gabriel Lopes, John Razen e Marcel Portela, pela cumplicidade e pelas gargalhadas fáceis e garantidas. A todas e todos, obrigada por me ajudarem a olhar o mar.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> "Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Me ajuda a olhar!" (GALEANO, Eduardo. A função da arte/1. In: \_\_\_\_\_. O livro dos abraços. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2002).

### **Poética feminista**

Estou farta do direito comedido

Do direito bem comportado  
Do direito magistrado,  
católico,  
com manifestações de apreço ao Bispo de Guarulhos  
e à sua estúpida fala sobre vaginas e canetas

Do direito que para  
e vai averiguar o significado que dá a cartilha do conservadorismo

De resto não é Direito  
Será tabela matemática, espartilho positivista que se coloca como letra fria

Que entra como um punhal na carne de minhas companheiras... e as recorta  
Cem formas com modelos para mulheres honestas para agradar a moral e os bons costumes

Quero antes o Direito das Madalenas  
O Direito das mulheres que dançam, riem e trepam  
O Direito feito no meio do amor orgasticamente  
Não quero mais saber do Direito que não é libertação

*Diana Melo*

## RESUMO

O presente trabalho busca mapear os discursos judiciais relativos a homicídios de mulheres cometidos em situação de violência doméstica e familiar, ocorridos no Distrito Federal, entre 2006 e 2011, e julgados após a criação da Lei Maria da Penha – Lei n. 11.340/2006. A abordagem metodológica consistiu em uma pesquisa documental de caráter descritivo realizada com 35 processos judiciais com trânsito em julgado, em que foram analisadas as seguintes variáveis: aplicação da Lei Maria da Penha, tratamento judicial de histórico de violência doméstica e teses judiciais relativas aos motivos dos crimes. Os dados coletados apontaram a baixa ocorrência da aplicação da Lei Maria da Penha; o tratamento arbitrário dos relatos de histórico de violência doméstica registrados nos processos; um número expressivo de teses de defesa baseadas em estereótipos de gênero e argumentos legitimadores da violência, bem como interpretações despolitizadas da violência, entendida pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário como decorrente de conflitos afetivos singulares. A variedade e ambiguidade das traduções judiciais do fenômeno da violência de gênero reforça a necessidade de desconstruções críticas permanentes dos discursos judiciais, com o objetivo de investigar seu funcionamento como tecnologia de gênero, produtora de relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres, das quais a violência doméstica é uma expressão complexa.

**Palavras-chave:** Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Homicídios, Lei Maria da Penha

## **ABSTRACT**

This study aims to map the judicial discourses concerning domestic violence homicides of women occurred at Distrito Federal, between 2006 and 2011, and judged after the creation of the Maria da Penha Act - Law n. 11.340/2006. Its methodological approach consisted of a documentary research with a descriptive purpose conducted with 35 lawsuits, in which the following variables were analyzed: the judicial enforcement of the Maria da Penha Act; the judicial mention of domestic violence histories and the legal arguments concerning the reasons for the crimes committed. The data collected showed a low occurrence of the enforcement of Maria da Penha Act, the arbitrary treatment of the history of domestic violence recorded in the proceedings, a significant number of defense thesis based on gender stereotypes and violence legitimizing arguments as well as depoliticized interpretations of violence, understood by prosecutors and judges as a result of singular conjugal conflicts. The variety and ambiguity of legal translations of the gender violence phenomenon reinforces the need for permanent critical deconstructions of judicial discourses, in order to investigate its operation as gender technology, producing hierarchical power relationships between men and women, of which domestic violence is a complex expression.

**Key words:** Domestic Violence Against Women, Homicides, Maria da Penha Act.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Seleção de processos judiciais de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ocorridos entre 2006 e 2011 no Distrito Federal.....	29
Tabela 2 - Distribuição de processos por varas do Tribunal do Júri do Distrito Federal.....	33
Tabela 3 - Distribuição de homicídios analisados por ano.....	34
Tabela 4 – Comparação de idades das vítimas.....	34
Tabela 5 – Distribuição de vítimas por cor.....	35
Tabela 6 – Relação entre vítima e réu.....	35
Tabela 7 - Distribuição de mortes por local.....	36
Tabela 8 – Comparação de teor das decisões.....	38
Tabela 9 - Comparação do tempo de tramitação dos processos.....	39
Tabela 10 - Comparação de aplicação da Lei Maria da Penha.....	42
Tabela 11 - Comparação de processos cujas decisões aplicaram a Lei Maria da Penha.....	42
Tabela 12 - Comparação de aplicação da Lei Maria da Penha por atores judiciais.....	43
Tabela 13 – Comparação de menção a históricos de violência doméstica e familiar.....	45
Tabela 14 - Comparação de teses de defesa.....	47
Tabela 15 - Comparação de argumentos sobre motivação do crime apresentados pelas defesas dos réus.....	48
Tabela 16 - Comparação de argumentos sobre motivação do crime apresentados pelo Ministério Público.....	52

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 AMBIGUIDADES DA ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER PELO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	12
1.1 Violência doméstica e familiar contra a mulher sob o olhar do Judiciário: julgando estereótipos.....	14
1.2 O androcentrismo do direito e o apelo à força simbólica do direito penal.....	18
1.3 Lei Maria da Penha e direito como tecnologia de gênero.....	22
2 APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS: ANÁLISE DE PROCESSOS RELATIVOS A HOMICÍDIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL ENTRE 2006 E 2011.....	27
2.1 Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”.....	27
2.2 Cuidados éticos.....	29
2.3 Coleta e análise de dados.....	30
2.4 Perfil dos casos analisados.....	32
3 DISCURSOS JUDICIAIS SOBRE HOMICÍDIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.....	38
3.1 Aplicação da Lei Maria da Penha.....	40
3.2 Tratamento judicial do histórico de violência doméstica e familiar.....	44
3.3 Teses judiciais relativas aos motivos dos homicídios.....	46
3.4 Violência doméstica e familiar contra a mulher e discursos judiciais ambíguos.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
ANEXOS.....	65

## INTRODUÇÃO

O uso do direito como instrumento de subordinação e controle de mulheres tem sido a regra, em diversos países e culturas. Limitações e conquistas tardias de direitos civis (como o de votar e ser votada<sup>2</sup>), submissão legal ao pátrio poder do marido ou do pai, impedimentos para ter propriedades e comandar negócios e condições de trabalho precarizadas são algumas das versões dessa regra. No tema da violência doméstica, ao longo de décadas a absurda tese da legítima defesa da honra foi bem sucedida em seu propósito de inverter papeis em julgamentos: em vez de serem julgados homens acusados de assassinar suas companheiras, as próprias vítimas eram julgadas quanto à obediência aos ditames da moral sexual e quanto a seu desempenho como mães e esposas, consideradas as únicas ocupações legítimas para mulheres.

Nesse cenário, em que a simples igualdade jurídica formal entre mulheres e homens é tão recente, a Lei Maria da Penha – Lei n. 11.340/2006, criada para conferir proteção exclusiva a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar a partir de uma perspectiva crítica de gênero, é considerada uma grande conquista de movimentos feministas. A Lei não está, no entanto, isenta de controvérsias. Vozes da criminologia crítica questionam os riscos do acionamento do direito penal, marcadamente seletivo e estigmatizante, enquanto a criminologia feminista denuncia o androcentrismo do direito e lança dúvidas sobre seu uso em benefício de causas feministas.

Reconhecendo essas controvérsias e buscando aprofundar a compreensão delas sem resolvê-las, o presente trabalho visa mapear discursos judiciais relativos a homicídios de mulheres mortas em situação de violência doméstica e familiar ocorridos no Distrito Federal entre 2006 e 2011 e julgados, portanto, após a criação da Lei Maria da Penha. Essa abordagem se justifica pela escassez de estudos que analisem especificamente homicídios de mulheres e de sua leitura pelo Poder Judiciário, especialmente sob o marco da Lei Maria da Penha e das expectativas de justiça de gênero por ela geradas.

Assim, por meio de uma pesquisa documental qualitativa de caráter descritivo realizada com 35 processos judiciais com trânsito em julgado, esse trabalho pretende descrever os contextos de aplicação da Lei Maria da Penha, mapear a caracterização judicial da violência que resultou na morte das mulheres e identificar o possível uso de estereótipos de gênero na valoração dos comportamentos de réus e vítimas. Nesse sentido, o trabalho se

---

<sup>2</sup> Partindo de uma inquietação feminista que me impede a reprodução irrefletida do masculino como padrão linguístico universal, o presente trabalho adotará a escrita no feminino. Possíveis estranhamentos de leitoras poderão servir para relembrar o ponto de partida epistemológico do presente trabalho.

orientará por um esforço interpretativo exploratório dos processos de construção de gênero pelo direito – processos que também são produtos – em um contexto de disputa feminista dos discursos jurídicos.

Para tanto, no primeiro capítulo serão discutidas ambiguidades da abordagem da violência doméstica e familiar pelo sistema jurídico brasileiro. De início, será realizada uma breve revisão de estudos brasileiros sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica; seguida de um comentário crítico sobre o androcentrismo característico do direito e de uma análise das mudanças jurídicas que a Lei Maria da Penha buscou gerar no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

No capítulo seguinte, serão detalhadas as aproximações metodológicas do presente trabalho, incluindo a seleção dos processos judiciais analisados, os cuidados éticos tomados, a coleta e a análise dos dados e o perfil selecionados.

Por fim, no terceiro capítulo, serão apresentados os resultados da investigação, nos processos analisados, de três variáveis: a aplicação da Lei Maria da Penha, o tratamento judicial conferido aos históricos de violência doméstica e familiar e as teses judiciais relativas aos motivos dos crimes. Pretende-se mostrar as ambiguidades das traduções judiciais de casos que são, por um lado, expressões absurdas da violência de gênero, e por outro, entendidos judicialmente como eventos singulares na relação afetiva entre vítimas e réus.

## **1 AMBIGUIDADES DA ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER PELO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO**

Em diversos países e culturas, a casa não é um lugar seguro para as mulheres. Estudos nacionais e internacionais mostram que mortes por homicídio são ocorrências marcadamente masculinas (WAISELFISZ, 2011): os homens matam e morrem mais.<sup>3</sup> No entanto, os homicídios de mulheres apresentam padrões bastante específicos quanto ao local de ocorrência das mortes e a relação entre agressores e vítimas: em 2008, 35% das mulheres vítimas de homicídio na Europa ocidental foram assassinadas por companheiros, e 17% por outros parentes (já entre os homens vítimas de homicídio, 15% foram mortos por esposas, ex-esposas e familiares). Estudos sobre a Austrália, Canadá, Israel, África do Sul e Estados Unidos mostram resultados semelhantes, uma vez que entre 40 e 70% dos assassinatos de mulheres estão relacionados à violência conjugal e familiar (UNODC, 2011). No Brasil, segundo dados do Sistema de Informações de Mortalidade - SIM, da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS do Ministério da Saúde - MS, em 2010, 68,8% dos homicídios de mulheres aconteceram na residência das vítimas; em 42,5% dos casos, o agressor era parceiro ou ex-parceiro da vítima; na faixa etária dos 20 aos 49 anos, 65% das agressões tiveram autoria do parceiro (WAISELFISZ, 2011).

Esses dados ilustram a afirmação de Lia Zanotta Machado (1998, p. 100) no sentido de que “o gênero de quem mata e o gênero de quem morre não são indiferentes em relação ao ato e à modalidade da violência”. A autora destaca a importância da categoria analítica e política de gênero para o reconhecimento das especificidades da violência que vitima mulheres em suas casas, pelas mãos de seus maridos, pais, filhos e outros familiares, sem, no entanto, supô-la inerente às relações entre mulheres e homens (MACHADO, 2000). Nesse sentido, a perspectiva de gênero propõe uma ruptura com narrativas biologizantes, que pretendem explicar assimetrias e desigualdades a partir de supostas naturezas feminina e masculina, binárias e opostas.

Para Machado (2010), a análise de gênero configura uma perspectiva metodológica, na medida em que pressupõe exercícios analíticos de desnaturalização e desconstrução de valores e relações de poder baseadas em gênero. Segundo Shulamit Reinharz (1992), a pesquisa social feminista assume compromisso com a visibilidade das experiências de

---

<sup>3</sup> Segundo dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS), 91,4% das vítimas de homicídios registrados em 2010 eram homens, e 8,6% eram mulheres (WAISELFISZ, 2011).

mulheres, tradicionalmente tratadas como secundárias ou dispensáveis na investigação de dinâmicas sociais. Assim, o presente trabalho adota a perspectiva de gênero e reconhece sua motivação feminista, ainda pouco frequentes na pesquisa jurídica. Fazê-lo é indispensável para a incursão na temática da violência doméstica. Implica, portanto, um ponto de partida, uma postura epistemológica e ética frente a violência que marca o cotidiano das mulheres.

Nos últimos anos, os debates a respeito de homicídios de mulheres a partir de uma abordagem de gênero têm dado destaque à categoria femicídio ou feminicídio.<sup>4</sup> Ao analisar o contexto de Ciudad Juarez, no México, onde desde a década de 1990 mulheres têm sido sistematicamente violentadas, torturadas, desaparecidas e assassinadas impunemente, Rita Segato (2006) defende a importância da categoria específica do feminicídio para dar inteligibilidade, inclusive jurídica, a um tipo de violência que seria caracterizada por seus procedimentos despersonalizados de eliminação, dirigidos não a sujeitos específicos, mas a um grupo: as mulheres.

Wânia Pasinato (2011), por sua vez, ao discutir o uso de tais categorias no contexto brasileiro, destaca a falta de transversalidade de gênero nas estatísticas sobre homicídios e nas políticas de enfrentamento à violência, e reforça a necessidade de se conhecer as particularidades dos homicídios de mulheres. No entanto, a autora questiona a utilidade de categorias homogeneizantes como femicídio ou feminicídio para a compreensão e combate de mortes de mulheres em contextos complexos e diversos entre si, como violência doméstica e criminalidade urbana. Como alternativa, propõe o aprofundamento do recorte de gênero juntamente com a interseccionalidade com outros marcadores sociais e de poder, como cor/etnia, orientação sexual, geração, religião e classe.

Nesse sentido, em que pese a centralidade da perspectiva de gênero para conferir visibilidade e inteligibilidade às mortes de mulheres assassinadas no âmbito de relações domésticas, familiares ou de afeto, o presente trabalho não adotará o termo femicídio para se referir a tais casos. A variedade e a complexidade de circunstâncias que os marcam recomendam a necessidade de resistir ao efeito homogeneizador comumente verificado em descrições tipológicas de violências (RIFFIOTIS, CASTELNUOVO, 2011). No intuito de chamar a atenção para a necessidade de enfrentamento desse tipo de violência, o apelo retórico a possíveis semelhanças com o genocídio pode terminar por fragilizar os esforços de compreendê-la, já que a violência doméstica não é uma prática de eliminação despersonalizada de mulheres, mas sim reflexo de negociações de poderes desiguais dentro de

---

<sup>4</sup> Segundo Wânia Pasinato (2011), embora algumas autoras justifiquem a opção pelo termo feminicídio como forma de destacar a impunidade penal e a responsabilidade estatal na perpetuação da violência contra mulheres, grande parte dos estudos sobre o tema faz uso indistinto dos dois vocábulos.

espaços domésticos e afetivos. Agrupar os homicídios ora analisados sob tal categoria poderia sugerir uma similaridade de condições que eles poderiam não ter, além de não ser analiticamente útil para a compreensão da tradução judicial de discursos sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nos tópicos a seguir, serão apresentados os pontos de partida que inspiram a análise empírica realizada no presente trabalho. São eles: um breve panorama do tratamento judicial brasileiro dado a homicídios de mulheres em situação de violência doméstica; a universalização de experiências masculinas e invisibilização de vivências femininas como característica do direito; e a uma análise das mudanças jurídicas que a Lei Maria da Penha buscou gerar no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, a partir de uma compreensão do direito como tecnologia de gênero.

### **1.1 Violência doméstica e familiar contra a mulher sob o olhar do Judiciário: julgando estereótipos**

Conferir visibilidade e criar políticas de combate à violência contra a mulher tem sido uma das pautas mais fortes e unificadoras dos movimentos feministas brasileiros (BANDEIRA, ALMEIDA, 2004). Já nos anos 1970, “quem ama não mata” era um dos slogans usados em protestos contra a impunidade de maridos que mataram suas mulheres. No processo de redemocratização brasileira, os movimentos obtiveram importantes conquistas. Entre as iniciativas da sociedade civil, destaca-se a criação, no início da década de 1980, de Centros de Defesa dos Direitos da Mulher e SOS Mulher em diversas cidades, voltados para o atendimento de mulheres em situação de violência por equipes multidisciplinares. No âmbito institucional, as pressões feministas levaram à implantação de Delegacias da Mulher, em 1985 (GROSSI, 1994). No plano internacional, instrumentos como Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, aprovada pela Organização das Nações Unidas – ONU em 1979, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Erradicar e Punir a Violência Contra a Mulher, adotada pela Organização dos Estados Americanos – OEA em 1994, contribuíram para a defesa dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos.

As práticas feministas da época inspiraram pesquisas sobre a temática da violência doméstica e homicídio de mulheres. Nesse cenário, destaca-se o trabalho pioneiro de Mariza Corrêa (1983). Ao analisar processos judiciais relativos a homicídios e tentativas de homicídio ocorridos entre casais entre 1952 e 1972 em Campinas - São Paulo, a autora observou que os julgamentos e eventuais condenações ou absolvições dependiam de juízos

quanto à adequação ou inadequação de réus e vítimas às performances dominantes de gênero atribuídas a homens – trabalhadores e bons provedores – e mulheres – boas mães e esposas recatadas – na sociedade. Assim, as decisões judiciais atribuiriam a violência que resulta em morte a fracassos pessoais de homens e mulheres no cumprimento dessas performances, restando inquestionada e resguardada a normatividade do casamento e das relações familiares construídas nesses termos.

Corrêa notou que a união entre a mulher honesta e o homem trabalhador era tratada como parâmetro de interpretação judicial da violência homicida. As decisões judiciais faziam de alegações de traição cometida pelas vítimas critérios capazes de absolver ou atenuar a punição dos acusados. No modelo normativo de relacionamento conjugal reforçado pelas decisões, a fidelidade seria o principal dever das mulheres em relação a seus companheiros (CORRÊA, 1983). A despeito da igualdade constitucional de todas perante a lei, as desigualdades de gênero da sociedade brasileira se expressariam nos julgamentos por meio de tais códigos interpretativos.

Essas conclusões são semelhantes às de Danielle Ardaillon e Guita Grin Debert (1987), ao analisar julgamentos de 54 casos de espancamento, estupro e assassinato de mulheres ocorridos entre 1981 e 1986 em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Recife e Maceió. Com o propósito de identificar nos discursos jurídicos os mecanismos de ruptura da igualdade formal entre homens e mulheres, as autoras, assim como Corrêa (1983), também destacaram o papel de estereótipos de gênero nos julgamentos: o que se punia não era o crime cometido, mas a conduta social supostamente desviante das envolvidas. Ardaillon e Debert ressaltaram a condescendência judicial com os chamados homicídios passionais: juízas, advogadas de defesa, membros do Ministério Público e juradas pareciam entender que, quando homens matam suas companheiras em função de ciúmes ou para impedir o término do relacionamento, o fazem em defesa do amor, da família, da fidelidade; nesse sentido, não seriam considerados perigosos nem ameaçadores à ordem jurídico-moral, uma vez que seu comportamento apenas reforçaria valores socialmente prezados (ARDAILLON; DEBERT, 1987).

Considerando o histórico brasileiro de decisões jurisprudenciais acolhedoras da tese da legítima defesa da honra (do marido) ultrajada pela infidelidade conjugal (da esposa), referenciada em trabalhos como os citados acima, Silvia Pimentel, Valéria Pandjarian e Juliana Belloque (2006) fizeram uma análise de 55 acórdãos de diversos tribunais brasileiros publicados entre 1998 e 2002 sobre o tema. Segundo as autoras, essa tese foi muito aplicada nas décadas de 1970 e 1980 para culpabilizar mulheres pelas violências sofridas e garantir a



impunidade de agressores. Pimentel, Pandjarian e Belloque identificaram que a maioria das decisões analisadas rejeitou a tese, por entender que a ideia de honra conjugal é juridicamente insustentável, uma vez que a honra seria atributo pessoal e intransferível, incapaz de ser afetada por comportamentos pretensamente condenáveis de outras pessoas. No entanto, também foram encontradas três decisões que a acataram, além de 14 decisões que a acataram em abstrato, rejeitando-a nos casos concretos apenas por ausência de requisitos legais formais (como o uso moderado de meios necessários, em resposta a agressão iminente ou atual, nos termos do art. 25 do Código Penal). Esse conjunto de 17 decisões que admitiram, em casos concretos ou em abstrato, que o marido que mata a esposa por se sentir traído o faz em legítima defesa remete à força que semelhantes argumentos reprodutores da moral patriarcal ainda têm junto ao Poder Judiciário.

Mais recentemente, ao analisar 82 processos judiciais de homicídios de mulheres julgados em Tribunais do Júri da cidade de São Paulo, Eva Blay (2008) ressaltou uma mudança na cultura de impunidade de homens que matam suas companheiras. Na maioria dos processos analisados pela autora, houve condenação nos casos ocorridos em contexto de violência doméstica e familiar, e em tempo médio relativamente curto, de dois anos. Esses dados sinalizariam que a justiça não aceitaria mais que a solução seja o assassinato da mulher.

Em que pese esse importante avanço no combate à impunidade dos chamados homicídios passionais, as pesquisas sobre o tema vêm destacando, desde a década de 1980, a preocupante persistência do uso de estereótipos de gênero como chaves interpretativas da violência doméstica (CORRÊA, 1983; ARDAILLON; DEBERT, 1987; PIMENTEL; PANDJIARJIAN; BELLOQUE, 2006). Estereótipos são visões generalizadas ou pré-concepções sobre os atributos ou características dos membros de um grupo em particular ou sobre os papéis sociais que devem cumprir (COOK; CUSACK, 2010), de modo a criar uma pré-concepção de tais pessoas. Embora seu uso não seja sempre necessariamente negativo, os estereótipos de gênero tendem a operar de forma a apagar características, necessidades, desejos e habilidade individuais das pessoas que designa, negando-lhes direitos e reforçando hierarquias de gênero (COOK; CUSACK, 2010). A relação entre direito e estereótipos é antiga, e pode ser observada nas justificativas de qualquer mecanismo de subordinação legal das mulheres – proibidas, em diversos países e momentos históricos, de votar, de serem eleitas, de serem titulares de propriedades, de exercerem diversas profissões, entre outras.

Levando em consideração que, uma vez indetectados, os estereótipos são mais facilmente reproduzidos pelo *status quo*, Rebecca Cook e Joan Cusack (2010) realizaram uma extensa análise comparada de jurisprudência de diversos países com o objetivo de

desenvolver uma metodologia jurídica que permita a adequada identificação de estereótipos de gênero. As autoras entendem que nomear os estereótipos é uma condição para eliminá-los, na medida em que ajudaria a perceber os danos individuais por eles causados como uma experiência coletiva de opressão.

Os prejuízos decorrentes da estereotipação de gênero são variados: vão desde a negação de benefícios até a degradação, marginalização e desrespeito à dignidade das mulheres. No que diz respeito especificamente à violência, a estereotipia que legitima os atos de agressão (como nos já comentados casos de legítima defesa da honra) impõe uma carga injusta às mulheres, ao reduzir a probabilidade de que os agressores sejam legalmente responsabilizados, contribuindo, assim, para aumentar sua vulnerabilidade à violência doméstica (COOK; CUSACK, 2010).

Embora no Brasil o debate sobre a atuação do Poder Judiciário na reprodução de estereótipos de gênero ainda seja incipiente, no plano internacional importantes passos têm sido dados. As já citadas Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (ONU) e Convenção Interamericana para Prevenir, Erradicar e Punir a Violência Contra a Mulher (OEA), ratificadas pelo Brasil em 1984 e 1995, respectivamente, estabelecem expressamente a responsabilidade dos Estados-partes no sentido de tomar providências para modificar os padrões socioculturais de homens e mulheres com o objetivo de eliminar preconceitos e práticas baseadas em papéis de gênero estereotipados.<sup>5</sup>

Em 2009, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o México por falhar em prevenir, investigar e processar os responsáveis pelas mortes de três jovens mulheres na já mencionada Ciudad Juarez, que há anos é cenário de extremada violência de gênero, incluindo desaparecimentos, estupros e homicídios de meninas e mulheres. A maioria dos casos não foi adequadamente investigada e segue impune. Na sentença, a Corte destacou a influência dos estereótipos de gênero no descaso estatal, notadamente expressa pelo tratamento dispensado pelas autoridades policiais às famílias das vítimas: julgando o comportamento das vítimas com base em seus supostos hábitos (de sair à noite ou sozinhas) e sexualidades, as autoridades se negavam a proceder às investigações dos desaparecimentos relatados pelas famílias. Considerando-os graves barreiras no acesso à justiça, a Corte

---

<sup>5</sup> Conforme Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher: “Artigo 5º - Os Estados-partes tomarão todas as medidas apropriadas para: a) modificar os padrões sócio-culturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação de preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na idéia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres.” (ONU, 1979).

Conforme Convenção Interamericana para Prevenir, Erradicar e Punir a Violência Contra a Mulher: “Artigo 8: Os Estados Partes convêm em adotar, progressivamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a: (...) b) modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, inclusive a formulação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis do processo educacional, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher;” (OEA, 1994).

entendeu que “a criação e uso de estereótipos se converte em uma das causas e consequências da violência de gênero contra a mulher” (CIDH, 2009, p. 102; tradução livre de texto originalmente em espanhol).

## 1.2 O androcentrismo do direito e o apelo à força simbólica do direito penal

Os estudos sobre homicídios de mulheres mencionados acima revelam aportes jurisprudenciais ao controle dos corpos e da sexualidade das mulheres por meio de estereótipos. Essa função, no entanto, não se limita às decisões dos tribunais: na disciplina do Código Civil de 1916, revogado em 2002, esposas e filhas estavam submetidas ao pátrio poder do marido, que, segundo dispunha o art. 233, era o “chefe da sociedade conjugal” (BRASIL, 1916). Até 2005, o Código Penal (BRASIL, 1940) condicionava a punição a crimes como posse sexual mediante fraude e rapto violento ou mediante fraude, conforme tipificados então, à condição de “honestidade” da vítima mulher, o que remetia à virgindade e a comportamentos considerados adequados em relações heterossexuais e monogâmicas. Ainda hoje, interpretações doutrinárias defendem a impossibilidade jurídica do estupro conjugal, já que a mulher estaria submetida ao marido por um dever carnal.<sup>6</sup>

As críticas à legislação, à doutrina e à jurisprudência apontam o androcentrismo constitutivo do direito, a despeito de sua pretensão de imparcialidade e do compromisso do constitucionalismo moderno com a igualdade. Esse androcentrismo reverbera um problema comum às ciências sociais, apontado pela crítica feminista da ciência por meio do questionamento do sujeito social e epistemológico que se pretende genérico e universal, mas que se baseia na universalização de pontos de observação e experiências específicos – tradicionalmente, os de homens brancos, heterossexuais e burgueses.<sup>7</sup>

Nesse sentido, juristas feministas como Carmen Hein de Campos (2011) e Carol Smart (1989) destacam a contribuição do direito para a construção discursiva de corpos binária e hierarquicamente sexuada, o que reforça a violência de gênero. O pensamento jurídico reproduz dualismos sexualizados e hierárquicos, isto é, polarizados em pares de nuances femininos e inferiores ou masculinos e superiores: irracional/racional;

<sup>6</sup> Nesse sentido, destaca-se trecho extraído da 8ª edição do livro *Direito Penal Comentado*, de Paulo José da Costa Jr., publicado em 2005: “Discute-se sobre se o marido possa ser sujeito ativo de estupro. Quer-nos parecer que não, pois o estupro pressupõe a cópula ilícita e a prestação sexual é dever recíproco dos cônjuges. Estará, pois, o marido exercitando um seu direito, desde que o faça regularmente. Isto significa que poderá responder pela violência física excessiva que venha a empregar para compelir a esposa à cópula carnal”. (COSTA JUNIOR, 2005).

<sup>7</sup> Conforme afirma Lourdes Bandeira (2008, p. 218): “Se na tradição histórica observa-se que o sujeito “social” apareceu como sendo um ser genérico, concretamente, esse sujeito refletia um tipo social específico: o cabeça de família, o masculino ocidental, o homem de classe abastada, heterossexual e sempre branco. As motivações e o estilo de racionalidade característica desse tipo social e moral passaram a ser atribuídos a todos os demais sujeitos sociais, apesar da abusiva evidência empírica de que os indivíduos têm motivações distintas e utilizam estilos próprios de racionalidades”.

concreto/abstrato; emoção/razão; sensibilidade/poder; particular/universal (OLSEN, 1990). Demarcadas tais diferenças, historicamente produzidas na esfera pública sem a participação e a voz de mulheres, “se supõe que o direito é racional, objetivo, abstrato e universal, tal como os homens consideram a si mesmos”, conforme afirma Frances Olsen (1990, p. 3; tradução livre de texto originalmente em espanhol).

Essa declaração coincide com o diagnóstico de Catharine MacKinnon (1989) no sentido de que o legalismo de tradição liberal, influente ótica da filosofia do direito, é meio capaz de tornar a dominação de homens invisível e legítima, na medida em que adota o ponto de vista masculino no direito e, ao mesmo tempo, o reproduz na sociedade. A sofisticação desse mecanismo faz com que o androcentrismo prescindia de leis que o assegurem – embora a subordinação legal das mulheres em termos formais tenha sido e ainda seja amplamente empregada em diversos sistemas jurídicos. Para tanto, basta apenas que o direito não se preste a questionar as desigualdades de gênero cotidianamente reproduzidas:

Nenhuma lei dá aos homens o direito de estuprar mulheres. Isso não tem sido necessário, uma vez que nenhuma lei de estupro jamais conseguiu afetar seriamente os termos do pretenso direito de homens de acesso sexual às mulheres. (...) Nenhuma lei garante que as mulheres permanecerão sempre desiguais aos homens. Isso não é necessário, porque a lei que garante a igualdade sexual requer, em uma sociedade desigual, que antes de ser legalmente igual, o indivíduo seja socialmente igual. Desde que o poder reproduzido pela lei reflita em forma e substância o poder reproduzido por homens sobre mulheres na sociedade, o direito será objetivo, aparentará basear-se em princípios, se tornará apenas as coisas como elas são. Desde que homens dominem mulheres com eficiência suficiente na sociedade sem o apoio de leis positivas, nada de constitucional pode ser feito a respeito disso. (MACKINNON, 1989, p. 329. Tradução livre de texto originalmente em inglês).

A veemência das afirmações de MacKinnon ilustra as maneiras por meio das quais o direito opera para que o gênero seja vivido como ontologia e não como epistemologia, como produto de construção sociocultural. Nesse contexto, a conscientização, a reconstrução coletiva das experiências de mulheres por meio de suas próprias vozes e pontos locais de observação, assim reconhecidas e sem pretensões universalizantes, é para a autora um método para a teoria crítica feminista (MACKINNON, 1989).

No âmbito do direito penal, as críticas feministas somam-se àquelas feitas pela criminologia crítica, quanto à generalizada incapacidade resolutória e preventiva do sistema penal.<sup>8</sup> A função de tal sistema não é tanto a de combater a criminalidade como a de geri-la

---

<sup>8</sup> A criminologia crítica tem se destacado em seus esforços teóricos para rechaçar o paradigma etiológico da Criminologia clássica, que trata o crime/criminoso como fenômeno ontológico, deslocando o objeto de seus estudos da criminalidade para as condições de criminalização. Nesse sentido, tem contribuído para revelar a criminalização seletiva não como um efeito colateral do sistema penal, mas sim como seu real propósito: “O sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas, mais que contra certas ações legalmente definidas como crime. A conduta criminal não é, por si só, condição suficiente deste processo. Pois os grupos poderosos na sociedade possuem a capacidade de impor ao sistema uma quase total impunidade de suas próprias condutas criminosas. (...) A clientela do sistema penal é constituída de pobres não

seletivamente, de acordo com os interesses morais e econômicos dos setores hegemônicos, capitalistas e patriarcais, da sociedade. Assim, não só tem se mostrado ineficaz para solucionar conflitos sociais e proteger os bens jurídicos de que pretensamente se ocupa, como a linguagem do castigo, desigualmente aplicada, tem gerado estigmatização, fomento a novas violências e insatisfação das vítimas (ANDRADE, 2003; LARRAURI, 1992).

Quando acionado por demandas de mulheres em busca de proteção contra a violência (sexual, doméstica ou outras), o sistema penal tende a inverter papéis e ônus probatórios: a vítima é quem passa a ser julgada, e tem que provar que faz jus a tal condição, de acordo com os critérios estereotípicos determinados pela moral sexual burguesa, monogâmica, familista e heteronormativa.<sup>9</sup> Nesse contexto, é submetida a uma hermenêutica da suspeição, que questiona sua credibilidade e busca avaliar se ela deu causa à violência sofrida, se consentiu tacitamente ou se resistiu suficientemente, antes de qualquer consideração sobre a violação de seus direitos, sobre o conflito latente, sobre suas vontades e sobre a necessidade de sancionar a agressão (ANDRADE, 2003).

O panorama das críticas feministas ao direito abre espaço para uma importante controvérsia. Por um lado, a estrutura fundamentalmente androcêntrica do direito lança dúvidas sobre sua idoneidade enquanto meio de transformações em favor da emancipação feminista. Carol Smart mostra-se, nesse sentido, bastante cética quanto às possibilidades de reformas legais que, atuando em temas como estupro, igualdade de salários e violência doméstica, só teriam demonstrado a eficácia do direito em silenciar demandas e experiências das mulheres, de modo que seria preciso buscar outras formas de questionar a desigualdade de gênero (SMART, 1989).

Por outro lado, a compreensão da força prescritiva do discurso jurídico tem inspirado tentativas internas de subversão de seus fins: de instrumento de dominação, poderia ser convertido em meio de legitimação de demandas feministas. Nesse sentido, Rebecca Cook e Joan Cusack chamam atenção para a força simbólica do direito, na medida em que poderia publicizar lutas feministas por reconhecimento (COOK; CUSACK, 2010).

Esse debate tem se mostrado recorrente no direito penal. A partir das contribuições da criminologia crítica para a compreensão do funcionamento seletivo do sistema penal, desde os anos 1980, muitos movimentos sociais – por direito humanos, de combate ao racismo, de

---

porque tenham uma maior tendência a delinquir mas precisamente porque tem maiores chances de serem criminalização e etiquetados como criminosos.” (ANDRADE, 1995, p. 32).

<sup>9</sup> Além da violência cometida pelo sistema penal contra mulheres em situação de violência, a criminologia feminista também tem denunciado o tratamento injusto dispensado a mulheres autoras de infrações penais: em função da desigualdade de gênero estruturante do direito penal, a punição dessas mulheres e as formas de execução de suas penas tendem a ser agravadas (CAMPO; CARVALHO, 2011), conforme atestam, aliás, as condições de encarceramento feminino no Brasil..

trabalhadores, feministas, LGBT (de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), ecológicos e outros – têm identificado no sistema penal um instrumento útil para o fortalecimento de suas lutas. O problema do direito penal, nessa concepção, seria apenas o da sua má utilização.

Nesse sentido, Elena Larrauri (1992) destaca que os principais argumentos da aposta de alguns movimentos feministas na ressignificação do direito penal se concentram nos efeitos simbólicos negativos decorrentes da ausência de respostas penais para suas demandas. Isso porque a renúncia de intervenção estatal relegaria mulheres e suas reivindicações por justiça a uma condição inferior, não merecedora de atenção legislativa; contribuiria para a manutenção das relações desiguais de poder entre homens e mulheres; e legitimaria e naturalizaria a distinção entre as esferas pública – produtiva, reduto exclusivo de homens – e privada – reprodutiva, espaço ideal de atuação de mulheres.

Assim, as demandas feministas por criminalização se baseariam predominantemente não na dimensão do castigo, reconhecidamente falho, mas sim na publicização da violência e da dominação dos homens, e na declaração oficial de que tais comportamentos e desigualdades são socialmente inaceitáveis. A aposta na força simbólica do direito penal diz respeito à necessidade de disputa do senso comum, da formação de opiniões e da socialização que, mantidas como estão, apenas reproduzem as desigualdades de gênero.

Em resposta, muitas criminólogas feministas criticam o investimento na função simbólica do direito penal como perigosa relegitimação do direito penal para lidar com conflitos sociais, a despeito de seu funcionamento seletivo, estigmatizante e injusto. Além disso, o recurso ao direito penal seria um desvio de recursos e esforços feministas na busca de outros meios, mais radicais e eficazes, de transformação (LARRAURI, 1992; KARAM, 2006; ANDRADE, 2003).

Nesse sentido, a crítica de Larrauri (1992) é categórica: recorrer ao direito penal não só é ineficaz, dada a sua incapacidade de cumprir as funções de prevenção geral e específica que o fundamentam, como também se baseia em uma má apreciação da relação entre direito penal e sociedade. Concebida a partir de um modelo causal linear excessivamente simplificado e ingênuo, essa apreciação suporia que o direito penal é capaz de fixar novos valores e difundi-los socialmente, além de traduzi-los em diretivas de ação. Com efeito, esse tipo de narrativa do funcionamento do sistema penal ignora o que Michel Foucault (1999) denomina de economia do poder de punir, na medida em que a racionalidade do direito penal se orientaria não por uma elevação moral da sociedade, mas sim pela manutenção de um regime disciplinar difuso e de uma gestão produtiva e despolitizante das ilegalidades.

A elaborada compreensão do androcentrismo constitutivo do direito tem revelado as ambivalências relativas às estratégias mais adequadas para lidar com as opressões cotidianas sofridas pelas mulheres – seja juridicamente ou não, por meio do direito penal ou não. É no cerne dessa controvérsia, mas sem a pretensão de solucioná-la, em que se situa a presente proposta de análise de discursos judiciais sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.

### **1.3 Lei Maria da Penha e direito como tecnologia de gênero**

Sancionada em 2006, fruto de lutas e debates dos movimentos feministas, a Lei Maria da Penha – Lei n. 11.340/2006 (BRASIL, 2006) – criou mecanismos específicos de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Decorrente do combate à impunidade e à invisibilidade jurídico-política da violência doméstica, a Lei foi considerada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM uma das legislações mais avançadas do mundo no tema (UNIFEM, 2008/2009).

Apesar de não ter criado novos tipos penais, alguns dispositivos da Lei Maria da Penha geraram reflexos punitivos.<sup>10</sup> Foram criadas uma qualificadora para o crime de lesão corporal ocorrido no contexto de violência doméstica e familiar, aumentando, assim, sua pena em abstrato, e uma agravante genérica para crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher, o que pode implicar, na prática, a aplicação de penas mais longas. Além disso, a Lei previu expressamente a possibilidade de prisão preventiva do agressor. Grande parte das avaliações a respeito da Lei dá enfoque a esses aspectos punitivos, embora o faça geralmente sem debater a complexidade e as ambiguidades do acionamento do direito penal como instrumento emancipatório para as mulheres, discutidas no tópico anterior.

Assim, a leitura exclusivamente punitivista da Lei Maria da Penha é incompleta. A Lei criou as diretrizes de uma política pública com perspectiva de gênero, por meio de um sistema jurídico autônomo, com regras próprias de interpretação (CAMPOS, CARVALHO, 2011), composta por diversos mecanismos majoritariamente extrapenais. Dessa maneira, conforme aponta Carmen Hein de Campos (2011), visou produzir deslocamentos discursivos,

<sup>10</sup> Conforme Código Penal: “Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: (...) II - ter o agente cometido o crime: f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica; (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006) (...)” Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano. (...) § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006) Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)” (BRASIL, 1940).  
Conforme a Lei Maria da Penha: “Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial” (BRASIL, 2006).

redefinindo a abordagem jurídica da violência doméstica a partir de outros conceitos e propósitos, de modo a fomentar disputas argumentativas e políticas.<sup>11</sup>

Ao criar, por exemplo, a categoria normativa da violência de gênero e conferir ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher status de compromisso estatal voltado à proteção dos direitos humanos das mulheres, a Lei pretendeu localizar o problema não mais em um plano individual e impassível de intervenção, mas sim em um complexo sistema de construção e reprodução de normatividade de gênero.<sup>12</sup> A transformação desse sistema requer tanto o atendimento emergencial a mulheres em situação de violência quanto medidas de médio e longo prazo relativas à educação, capacitação profissional, sensibilização e reflexão crítica sobre representações sociais e midiáticas feitas a partir das ideias de masculino e feminino. Tratando desse último ponto, o capítulo legal referente às medidas integradas de prevenção trouxe a proposta de um processo pedagógico coletivo, institucional e cultural, que tente responder à violência também em sua dimensão de disciplinamento de corpos femininos, operada por meio da vigilância e da normalização de performances de mulheres realizadas na casa, na escola, na mídia, no mercado de trabalho, no casamento.<sup>13</sup>

É necessário observar também que a Lei Maria da Penha procurou romper com os instrumentos jurídicos que lidaram anteriormente com o problema da violência. Até 2006,

<sup>11</sup> Carmen Hein de Campos e Salo de Carvalho (2011) afirmam que um importante deslocamento discursivo introduzido pela Lei Maria da Penha é o fato de a Lei se referir às vítimas da violência como “mulheres em situação de violência”. A expressão sinalizaria um distanciamento da objetificação associada à categoria “vítima”, recuperando sua condição de sujeito, além de ressaltar o caráter transitório da experiência da violência. Embora essa seja uma interpretação possível para essa expressão, parece importante considerar, também, os riscos por ela gerados no sentido de uma suavização retórica da realidade da violência. Deslocar a aplicação da expressão a outras experiências de violência – falando, por exemplo, de pessoas em situação de violência racial ou de violência homofóbica – pode ajudar a ilustrar essa perspectiva crítica. Reconhecendo essa ambiguidade, mas se resolvê-la, ao longo do trabalho ambas as expressões serão usadas nas referências a mulheres vítimas de homicídios cometidos em contexto de violência doméstica e familiar.

<sup>12</sup> Lei Maria da Penha: “Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.” (BRASIL, 2006).

<sup>13</sup> Conforme Lei Maria da Penha: “Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação; II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal; IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher; V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres; VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher; VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia; VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia; IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.” (BRASIL, 2006).



muitas condutas doméstico-familiares violentas eram enquadradas como crimes de menor potencial ofensivo, seguindo a disciplina da Lei n. 9.099/1995.<sup>14</sup> Desprovida de qualquer viés de gênero capaz de dar visibilidade às violências sistematicamente sofridas por mulheres em suas casas (CAMPOS, 2003), essa Lei se mostrou inadequada ao enfrentamento da violência. Sua aplicação foi marcada por frequentes negativas de atenção policial às denúncias feitas, incentivo constante de profissionais da Polícia e do Judiciário para que as vítimas desistissem das ações judiciais e sentenças que, em nome da manutenção dos laços familiares, não atribuíam às condutas dos agressores maiores consequências que o pagamento de cestas básicas, contribuindo para a banalização da violência.

Vale destacar, por fim, duas previsões da Lei Maria da Penha que contribuem para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher a partir do reconhecimento de sua complexidade. A primeira é a criação das medidas protetivas de urgência – incluindo medidas voltadas à interrupção imediata do ciclo de violência, medidas de proteção patrimonial e de suporte socioeconômico à mulher – que superam a lógica do processo penal, em que a prisão cautelar é a medida cautelar por excelência.<sup>15</sup> A segunda é a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência para julgar causas cíveis (como divórcio, guarda de filhos, pensão alimentícia etc) e penais associadas à experiência de violência, sem a tradicional fragmentação da prestação jurisdicional, e dotados de equipes multidisciplinares de atendimento às mulheres.<sup>16</sup>

Ao adotar a Lei Maria da Penha como instrumento legal relevante para a investigação de discursos judiciais relativos à violência doméstica homicida praticada contra mulheres, o presente trabalho parte de duas condições. A primeira é o reconhecimento da

<sup>14</sup> Lei n. 9.099/1995: “Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.” (BRASIL, 1995).

<sup>15</sup> Conforme Lei Maria da Penha: “Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003; II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III - proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios. (...) Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas: I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento; II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor; III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; IV - determinar a separação de corpos. Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras: I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida; II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial; III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor; IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.” (BRASIL, 2006).

<sup>16</sup> Conforme Lei Maria da Penha: “Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. (...) Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.” (BRASIL, 2006).

insuficiência e das contradições de uma abordagem meramente punitivista da Lei, e a consequente assunção de uma postura crítica quanto às possibilidades de apelos feministas à força simbólica do direito penal. A segunda condição é a da leitura da Lei Maria da Penha a partir do sistema jurídico com perspectiva de gênero por ela criada, e seu reconhecimento como marco de disputa discursiva do direito das mulheres a uma vida sem violência.

Investir teórica e politicamente na Lei Maria da Penha enquanto possibilidade de disputa discursiva não supõe, no entanto, que esse trabalho aposte em uma fetichização do direito, isto é, na crença em transformações sociais decorrentes de simples positivações de direitos (SMART, 1989), mas sim que parte de um esforço analítico de compreensão do direito como uma tecnologia de gênero, nos termos de Teresa de Lauretis (1989). Conforme vêm apontando as críticas feministas, o discurso jurídico fundamenta-se estruturalmente na assunção de perspectivas masculinas e heteronormativas como referências do que se pretende universal, abstrato e objetivo. Retroalimenta, assim, as experiências de silenciamento, invisibilização e opressão de mulheres. Nesse complexo processo de afirmar não ver aquilo para o que não direciona o olhar, entender que o direito apenas reproduz construções sociais hegemônicas de gênero parece insuficiente: o direito é um dos meios de produção discursiva de gênero.

Como dispositivo que produz verdades sobre masculinidades e feminilidades e assim orienta a gestão das relações de poder entre homens e mulheres (assim como o cinema, a televisão, a ciência e outras instituições, aliás), o discurso jurídico produz aquilo que nomeia – ou não nomeia. Disso decorre que a binariedade hierárquica de gênero pode ser compreendida também como uma instituição político-jurídica:

A desigualdade das mulheres ocorre em um contexto de salários desiguais, alocação a trabalhos desvalorizados, degradação de características físicas, objetificação por meio de estupro, violência doméstica, abuso sexual infantil e assédio sexual sistemático. Mulheres são diariamente desumanizadas, usadas em entretenimentos humilhantes, desprovidas de controle reprodutivo e forçadas à prostituição por suas condições de vida. Esses abusos ocorrem em um contexto legal historicamente caracterizado pela privação de direitos civis, negação de titularidade de propriedade, exclusão da vida pública e falta de reconhecimento de violências de gênero. A desigualdade sexual é, portanto, uma instituição social e política. (MACKINNON, 1989, p. 244; tradução livre de texto originalmente em inglês).

Assim, a abordagem do presente trabalho quanto aos discursos judiciais sobre a violência doméstica contra a mulher entende que, como tecnologia de gênero, ao narrar a violência, o discurso jurídico também constrói homens e mulheres. Essa tecnologia biopolítica estabelece hierarquias de gênero em linguagem e imagens, e cria necessidades,

estimula práticas, define padrões de comportamento, produz saberes (SWAIN, 2011). Isso porque, conforme diz Foucault (1993), o poder produz assujeitamento. Nesse sentido, o gênero não é uma propriedade dos corpos ou qualquer coisa originalmente existente nos seres humanos, mas sim o conjunto de efeitos discursivamente produzidos sobre corpos, comportamentos e relações sociais (LAURETIS, 1989).

No capítulo seguinte, serão apresentadas as aproximações metodológicas aplicadas à análise dos discursos judiciais de 35 processos relativos a homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ocorridos no Distrito Federal, entre 2006 e 2011, e julgados sob o marco da Lei Maria da Penha.

## **2 APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS: ANÁLISE DE PROCESSOS RELATIVOS A HOMICÍDIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL ENTRE 2006 E 2011**

A abordagem metodológica deste trabalho consistiu em pesquisa qualitativa documental de caráter descritivo, realizada por meio da análise de 35 processos judiciais com trânsito em julgado relativos a homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ocorridos no Distrito Federal entre 2006 e 2011. A dimensão qualitativa da pesquisa remete ao propósito de mapear interpretativamente um determinado cenário social (CRESWELL, 2007), qual seja, o julgamento de homicídios de mulheres ocorridos em contexto de violência doméstica. O estudo observou três etapas: levantamento bibliográfico pertinente; coleta de dados por meio de aplicação de questionário eletrônico aos processos judiciais selecionados; e análise dos dados coletados.

Os processos judiciais analisados foram arquivados no contexto da pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”, realizada pela Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, em 2012, no âmbito do edital de pesquisas “Pensando a Segurança Pública”, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - SENASP-MJ e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, da qual participei como uma das pesquisadoras de campo.

Nos tópicos a seguir, serão detalhados a seleção dos processos judiciais, os cuidados éticos tomados, a coleta e a análise dos dados e o perfil dos casos de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar analisados.

### **2.1 Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”**

A pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal” teve como objetivo geral avaliar o uso de laudos periciais (laudos cadavéricos, laudos de exame de local de morte violenta, laudos de exame de arma de fogo, laudos de exame de carro, laudos de perícia necropapiloscópica) no julgamento de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar (ANIS, 2012). Para isso, foram identificados e fotocopiados 35 processos de homicídios de mulheres decorrentes de violência doméstica com trânsito em julgado. No presente trabalho, esse

mesmo conjunto de processos foi submetido a uma nova análise, cujo propósito foi o mapeamento de seus discursos judiciais.

A seleção dos processos judiciais, obedecendo a uma amostragem não probabilística de conveniência (SHAUGHNESSY, ZECHMEISTER, ZECHMEISTER, 2012), observou os seguintes passos: inicialmente, foram analisados 337 laudos cadavéricos disponibilizados pelo Instituto Médico-Legal - IML da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, referentes a todas as mortes violentas de mulheres ocorridas entre setembro de 2006 (mês em que houve informatização do sistema do IML, possibilitando as análises realizadas) e dezembro de 2011 no Distrito Federal. A seguir, a partir dos nomes das vítimas, coletados nos laudos cadavéricos, teve início a identificação de processos judiciais referentes a tais mortes violentas, por meio de consulta devidamente autorizada ao sistema interno de buscas processuais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF (ANIS, 2012).

Realizadas visitas às 12 varas do Tribunal do Júri do TJDF (Brasília, Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Brazlândia, Taguatinga, São Sebastião, Paranoá, Santa Maria, Gama, Sobradinho e Núcleo Bandeirante, além de órgãos julgadores da segunda instância - Câmara e Turmas Criminais - e do Arquivo Geral do Tribunal), entre abril e maio de 2012, foram identificados e analisados inquéritos e ações penais relativos a 180 das 337 mortes (53%) violentas de mulheres (ANIS, 2012).

Os 157 casos (47%) de mortes violentas restantes não tiveram processos correspondentes localizados ou não foram analisados, em função de um dos dois motivos apontados a seguir. Em primeiro lugar, nem todos os processos do TJDF estão cadastrados por nome da vítima, o que impediu a identificação de processos relativos a 82 mortes (24%). Em segundo lugar, os autos dos processos relativos as demais 75 mortes foram devidamente identificados, mas não puderam ser acessados porque estavam tramitando em outras jurisdições (notadamente o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG) ou porque estava sob os cuidados de advogados de defesa, promotores, juízes, desembargadores ou delegados no momento em que a consulta foi tentada (ANIS, 2012). Assim, sobre esse conjunto de casos, não há informações, de modo que não é possível afirmar se ocorreram em contextos de violência doméstica ou não.

Dentre os 180 casos cujos processos foram analisados, 159 (88%) eram ações penais e 21 (12%) estavam ainda na fase de inquérito. Dentre esses casos, foram considerados homicídios ocorridos no contexto de violência doméstica e familiar aqueles em que o crime foi cometido no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor convivia ou tivesse convivido com a vítima, independentemente de

coabitação, nos termos da definição estabelecida pelo art. 5º da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Portanto, a relação entre o réu e a vítima foi o fator determinante para classificação dos processos como homicídio por violência doméstica e familiar, e não a eventual aplicação da Lei Maria da Penha nos casos. Aplicado esse critério, foram identificados 81 processos (24%) de homicídio ocorridos em situação de violência doméstica e familiar (ANIS, 2012).

Em seguida, foram selecionados os processos com trânsito em julgado. Esse recorte justifica-se pela necessidade de avaliar todo o percurso processual-penal dos julgamentos, incluindo as sentenças definitivas. Aplicados esses dois critérios (contexto de violência doméstica e familiar e trânsito em julgado), os 180 casos analisados foram reduzidos a 36 processos, que foram integralmente fotocopiados; em um deles, no entanto, parte das cópias estava danificada, o que impossibilitou a leitura de algumas peças processuais importantes. Assim, o recorte final analisado neste trabalho é composto de 35 processos judiciais. Embora não seja uma amostra representativa, já que não é fruto de amostragem probabilística, esse conjunto de processos corresponde a 10% das mortes violentas de mulheres ocorridas no Distrito Federal entre 2006 e 2011. A tabela 1 abaixo resume as etapas de seleção dos processos analisados nesse trabalho:

**Tabela 1 – Seleção de processos judiciais de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ocorridos entre 2006 e 2011 no Distrito Federal**

Etapas da seleção de processos judiciais	Laudos/Processos	
	Número	Porcentagem
Laudos cadavéricos de mortes violentas de mulheres	337	100%
Processos judiciais (ações penais e inquéritos) identificados e analisados	180	53%
Processos judiciais de homicídios ocorridos em situação de violência doméstica e familiar	81	24%
Processos judiciais de homicídios ocorridos em situação de violência doméstica e familiar com trânsito em julgado	36	10%
Processos judiciais de homicídios ocorridos em situação de violência doméstica e familiar com trânsito em julgado devidamente fotocopiados	35	10%

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

## 2.2 Cuidados éticos

Comparada com a pesquisa biomédica, referência para sistemas de revisão ética, a pesquisa social apresenta riscos mínimos, uma vez que suas técnicas, em geral, são não invasivas – como a análise documental – ou reproduzem relações sociais corriqueiras – como

a observação e a entrevista (DINIZ, GUERRIERO, 2008). Isso não a isenta, no entanto, de preocupações éticas. No que se refere aos casos analisados nesse trabalho, é evidente, por exemplo, a necessidade de preservar a privacidade dos atores judiciais, em respeito a sua atuação profissional, e dos sujeitos mencionados nos processos, especialmente considerando o contexto de sofrimento associado às mortes violentas que os originaram.

Assim, embora não tenha envolvido pesquisa direta com seres humanos (DINIZ, 2008), mas sim com dados disponíveis em processos públicos (nos termos da Constituição Federal, art. 93, inciso IX, e do Código de Processo Civil, art. 155), o projeto da pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal” foi submetido à revisão do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas - CEP-IH, da Universidade de Brasília - UnB, em 2011 (ANIS, 2012). O projeto foi aprovado, conforme parecer de número 09-10/2011 (Anexo A).

Como estratégias de proteção aos dados dos sujeitos envolvidos na pesquisa, também foram adotados os seguintes procedimentos (ANIS, 2012): assinatura, por parte da equipe de pesquisa, de um termo de responsabilidade pelo uso de informações e cópias de documentos; uso de instrumento de coleta de dados digital com sistema criptografado de proteção ao formulário de preenchimento dos dados, o que permitiu apenas às pesquisadoras com senhas individuais o acesso ao programa; arquivamento das cópias dos processos judiciais em local seguro, de acesso restrito, na sede da Anis; destruição das referidas cópias cinco anos após a finalização da pesquisa.

Além disso, no presente trabalho, para evitar qualquer risco ou constrangimento às pessoas envolvidas nos 35 processos analisados (famílias das vítimas, réus, profissionais do sistema judicial, entre outros), todos os dados coletados foram protegidos por anonimato e sigilo. Assim, sempre que for necessário fazer referência a um processo específico, a menção será feita apenas pela indicação de um número de 1 a 35, atribuído a cada processo durante a coleta de dados, de acordo com a ordem cronológica de ocorrência dos crimes.

### **2.3 Coleta e análise de dados**

Visando mapear os discursos judiciais relativos ao julgamento de processos de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ocorridos no Distrito Federal entre 2006 e 2011, a análise dos processos foi orientada pela aplicação de um questionário eletrônico, isto é, um instrumento estruturado, com quesitos fechados e abertos, cujas respostas foram registradas em uma planilha.

Os quesitos do questionário foram divididos em blocos, e a fonte (documento processual) onde os dados foram coletados foi a mesma em todos os processos. No bloco referente ao processo, foram registradas a vara do Tribunal do Júri onde o processo tramitou (conforme a capa dos autos) e a data de seu trânsito em julgado (segundo a certidão correspondente). No bloco relativo ao crime, foram anotadas a data e o local do fato (conforme o boletim de ocorrência), e o tipo de lesão que causou a morte da vítima (segundo o laudo cadavérico do IML). Quanto ao julgamento, registrou-se a ocorrência de confissão (conforme termos de declarações do réu) e o teor da decisão transitada em julgado (segundo sentença ou acórdão).

No bloco referente ao perfil da vítima, foram registradas idade (conforme boletim de ocorrência), cor (conforme laudo cadavérico), se estava grávida (conforme laudo cadavérico), a natureza de sua relação com o réu (conforme denúncia) e se tinha filhas (conforme denúncia ou boletim de ocorrência). Quanto ao perfil do réu, registrou-se idade (conforme boletim de ocorrência ou termos de declaração) e se tinha filhas em comum com a vítima (conforme denúncia ou boletim de ocorrência). O dado relativo à cor do réu só existiu nos processos em que, tendo havido prisão em flagrante, foi juntado o laudo de exame de corpo de delito do réu, o que ocorreu em poucos casos; esse dado, portanto, foi descartado por sua inconsistência. Também foram descartados por serem inconsistentes dados relativos à situação socioeconômica da vítima e do réu (notadamente, escolaridade, ocupação/profissão e renda), disponíveis apenas em alguns boletins de ocorrência de alguns casos.

Os três últimos blocos correspondem às três principais variáveis elencadas para a análise dos discursos judiciais. Em um dos blocos foram anotados dados relativo ao histórico de violência doméstica e familiar entre vítima e réu (conforme termos de declaração de testemunha e registros processuais de ocorrências anteriores). No bloco referente à aplicação da Lei Maria da Penha, foram registradas todas as peças processuais em que os atores judiciais (autoridade policial, Ministério Público e Poder Judiciário) mencionaram a Lei no enquadramento legal da conduta criminosa. Por fim, no bloco relativo aos motivos do crime, foram transcritos os argumentos do Ministério Público, da defesa e do Judiciário (conforme expressos em alegações finais, recursos, sentenças e acórdãos) a respeito das motivações da violência homicida, para posterior análise em profundidade.

Os dados relativos ao processo, ao crime, ao julgamento, aos perfis da vítima e do réu, ao histórico de violência doméstica e familiar e à aplicação da Lei Maria da Penha foram submetidos, portanto, a uma análise documental, de modo a permitir uma representação condensada das informações dos processos (BARDIN, 2011), que começará a ser apresentada



no próximo tópico. Ganharão destaque, a partir dessa abordagem, aspectos quantitativos, relativos às frequências das variáveis observadas. Já os argumentos referentes aos motivos dos crimes foram interpretados por meio da técnica da análise de conteúdo, com enfoque mais qualitativo, com o objetivo de possibilitar descrições analíticas e inferências sobre a produção das mensagens, seus emissores e suas consequências (BARDIN, 2011).

A escolha de processos judiciais como unidades de análise indica que o foco deste trabalho não é a violência doméstica homicida como realidade complexa e ambígua da vida de muitas mulheres, mas sim suas versões judiciais. Importa investigar, assim, a escrita disciplinar (FOUCAULT, 1999), isto é, o processo de seriação documental, tradução, classificação e categorização de eventos violentos mediado pela linguagem e códigos jurídicos, em um esforço interpretativo de identificar ausências e presenças que compõem os discursos. Nesse sentido, Mariza Corrêa, discorrendo sobre sua análise de processos judiciais de homicídios praticados entre familiares, diz que:

Quando um caso está sendo construído, ele está ao mesmo tempo constituindo seu próprio código, delineando seus próprios limites, escolhendo o que não será, o que não pode ser dito, ao mesmo tempo que o que pode e deve ser dito. Neste sentido, os atores jurídicos têm razão em dizer que cada caso é um caso. Tendo decidido como enquadrar legalmente um caso, os manipuladores técnicos utilizam o tempo do processo selecionando e ajustando os elementos das situações, as "peças" do processo, que mais se adequam à composição da figura desejada, da verdade a ser demonstrada. (CORRÊA, 1983, p. 300).

A leitura dos processos analisados foi feita, portanto, menos pela via da avaliação da adequação jurídica de suas argumentações e mais como regime de verdade judicial. Buscou-se entender os processos como inquéritos no sentido que lhes foi atribuído por Michel Foucault (2002), isto é, como uma forma, um exercício do poder penal de estabelecimento de verdades, inclusive no que se refere a relações entre homens e mulheres e ao funcionamento do micropoder doméstico. Nesse sentido é que, conforme já destacado, o poder jurídico é considerado, nesse trabalho, uma tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987). Por visar interferir nessa tecnologia com propósitos emancipatórios para mulheres, a Lei Maria da Penha, por sua vez, foi considerada um marco jurídico relevante para a análise proposta.

## **2.4 Perfil dos casos analisados**

Antes da apresentação dos resultados da análise referente às variáveis da aplicação da Lei Maria da Penha, do histórico de violência doméstica e familiar e das teses sobre

motivos dos crimes, que será feita no próximo capítulo, serão apresentados, a seguir, dados gerais sobre o conjunto de processos e casos analisados.

Os 35 processos judiciais analisados proveem de 11 das 13 varas do Tribunal do Júri atualmente em funcionamento no Distrito Federal. Quatro processos (11%) foram julgados no Tribunal do Júri de Brasília; dois (6%) em Brazlândia; cinco (14%) no Tribunal do Júri da Ceilândia; seis (17%) no Gama; 1 (3%) no Tribunal do Júri do Paranoá; dois (6%) em Planaltina; seis (17%) no Tribunal do Júri de Samambaia; dois (6%) em Santa Maria; um (3%) em São Sebastião; quatro (11%) no Tribunal do Júri de Sobradinho; e dois (6%) em Taguatinga. Não há processos oriundos das varas instituídas mais recentemente, quais sejam, o Tribunal do Júri do Núcleo Bandeirante, inaugurado em novembro de 2009 (ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MPDFT, 2010), e o Tribunal do Júri de Riacho Fundo, criado em abril de 2012 (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TJDF, 2012). Esses dados estão condensados na tabela 2 apresentada abaixo:

**Tabela 2 - Distribuição de processos por varas do Tribunal do Júri do Distrito Federal**

Varas	Processos	
	Número	Porcentagem
Tribunal do Júri de Brasília	4	11%
Tribunal do Júri de Brazlândia	2	6%
Tribunal do Júri de Ceilândia	5	14%
Tribunal do Júri do Gama	6	17%
Tribunal do Júri do Paranoá	1	3%
Tribunal do Júri de Planaltina	2	6%
Tribunal do Júri de Samambaia	6	17%
Tribunal do Júri de Santa Maria	2	6%
Tribunal do Júri de São Sebastião	1	3%
Tribunal do Júri de Sobradinho	4	11%
Tribunal do Júri de Taguatinga	2	6%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

A distribuição de homicídios analisados por ano mostra que: três casos (8%) ocorreram em 2006; oito (23%), em 2007; 12 casos (35%) ocorreram em 2008; seis (17%), em 2009; cinco mortes (14%) ocorreram em 2010; e um caso (3%) analisado ocorreu em 2011. Vale lembrar que essa distribuição foi condicionada pela seleção exclusiva de processos com trânsito em julgado, de modo que os dados se referem à distribuição de homicídios por ano que transitaram em julgado até maio de 2012 (quando teve fim a seleção de processos). A tabela 3 apresenta a distribuição de mortes analisadas por ano:

**Tabela 3 - Distribuição de homicídios analisados por ano**

Ano	Homicídios	
	Número	Porcentagem
2006	3	8%
2007	8	23%
2008	12	35%
2009	6	17%
2010	5	14%
2011	1	3%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

O perfil das vítimas mostra que a maioria tinha entre 20 e 24 anos, era parda e tinha filhas. Segundo a distribuição das vítimas por faixa etária, apresentada na tabela 4 abaixo, cinco mulheres (14%) tinham entre 15 e 19 anos; nove mulheres (26%) tinham entre 20 e 24 anos; cinco vítimas (14%) tinham entre 25 e 29 anos; três mulheres (8%) tinham entre 30 e 34 anos; cinco mulheres (14%) tinham entre 35 e 39 anos; uma vítima (3%) tinha entre 40 e 44 anos; duas mulheres (6%) tinham entre 45 e 49 anos; outra duas vítimas (6%) tinham entre 50 e 54 anos; uma vítima tinha entre 65 e 69 anos; e no caso de duas mulheres, não havia informação de idade.

**Tabela 4 – Comparação de idades das vítimas**

Faixa etária	Vítimas	
	Número	Porcentagem
15 a 19 anos	5	14%
20 a 24 anos	9	26%
25 a 29 anos	5	14%
30 a 34 anos	3	8%
35 a 39 anos	5	14%
40 a 44 anos	1	3%
45 a 49 anos	2	6%
50 a 54 anos	2	6%
65 a 69 anos	1	3%
Sem informação	2	6%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Quanto à cor das vítimas, os dados coletados mostram que 30 mulheres (86%) eram pardas, quatro (11%) eram brancas e uma (3%) era negra, conforme apresentado na tabela 5 abaixo. É necessário destacar que esses dados são oriundos de atribuições feitas por profissionais do Instituto Médico-Legal - IML em laudos cadavéricos, e não necessariamente

correspondem, portanto, à autodeclaração das vítimas. São importantes, ainda assim, na medida em que remetem à constatação de que mulheres negras e pardas têm sido as mais vitimadas pela violência doméstica e sexual (BANDEIRA; ALMEIDA, 2004). A intersecção do racismo e da desigualdade de gênero submete mulheres negras e pardas a condições socioeconômicas precárias, discriminação no mercado de trabalho e acesso deficitário a sistemas educacionais e de saúde, o que contribui para sua maior vulnerabilidade em relação à violência.

**Tabela 5 – Distribuição de vítimas por cor**

Cor	Vítimas	
	Número	Porcentagem
Parda	30	86%
Branca	4	11%
Negra	1	3%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Conforme já destacado, a precariedade dos dados disponíveis nos processos sobre escolaridade, profissão/ocupação e renda das vítimas impossibilitou a apresentação de um perfil socioeconômico confiável. Não se ignora, no entanto, que assim como a cor, marcadores sociais de classe contribuem para a vulnerabilidade das mulheres à violência, que é retroalimentada pela pobreza e pela exclusão social (BANDEIRA, ALMEIDA, 2004). Desigualdades de gênero, cor e classe se somam no condicionamento imposto a plena cidadania feminina.

No que diz respeito à maternidade, 27 vítimas (77%) tinham filhas, 7 vítimas (20%) não tinham filhas e no caso de uma vítima (3%), essa informação não estava disponível. Duas mulheres (6%) estavam grávidas, sendo que uma delas (3%) já tinha filhas.

Quanto à natureza da relação entre vítima e réu, em 18 casos (51%), as informações dos processos tratavam-nos como ex-namorados ou ex-companheiros; em 15 casos (43%), vítima e réu eram casados, companheiros ou namorados; e em dois casos (6%), tratava-se de mãe e filho, conforme apresentado na tabela 6 abaixo:

**Tabela 6 – Relação entre vítima e réu**

Relação vítima e réu	Processos	
	Número	Porcentagem
Companheira/o ou namorada/o	15	43%
Ex-companheira/o ou ex-namorada/o	18	51%

Mãe e filho	2	6%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Os dados relativos ao estado da relação entre vítima e réu nos casos em que mantinham ou mantiveram relacionamento afetivo foram coletados conforme apresentados nas denúncias. Em alguns casos, no entanto, foram objeto de controvérsia ao longo dos processos, uma vez que a violência homicida ocorreu justamente no contexto de negociação da continuidade ou não da relação; assim, réus disseram que o relacionamento era atual no momento da morte da vítima, enquanto testemunhas mencionaram que a vítima terminara a relação tempos antes. Reconhecida, portanto, a fragilidade dessa caracterização da relação entre vítima e réu, parece importante considerar outro dado relativo a esse tipo de vínculo afetivo. Nesse sentido, chama atenção a informação de que, dentre os 33 casos em que vítima e réu se relacionaram afetivamente, em 15 deles (45%) vítima e réu tinham filhas em comum.

Por fim, vale destacar os dados relativos ao local de morte das vítimas: 12 mortes (34%) ocorreram na casa da vítima e do réu; cinco mortes (14%) aconteceram na casa da vítima; dois casos (6%) ocorreram em casas de amigas onde vítimas estavam abrigadas; duas mortes (6%) aconteceram na casa de amigas ou conhecidas da vítima; duas (6%) mortes ocorreram no local de trabalho da vítima; três mortes (8%) ocorreram em vias públicas; oito casos (23%) aconteceram em terrenos baldios ou locais ermos; uma morte (3%) ocorreu em um estabelecimento comercial. O número expressivo de mulheres que morreram em casa (17 casos – 48%) endossa as denúncias de movimentos feministas que consideram o ambiente doméstico um espaço de controle social de mulheres (ANDRADE, 2003). A tabela 7, abaixo, apresenta esses dados:

**Tabela 7 - Distribuição de mortes por local**

Local	Mortes	
	Número	Porcentagem
Casa da vítima e do réu	12	34%
Casa da vítima	5	14%
Casa onde vítima estava abrigada	2	6%
Casa de amigas/conhecidas da vítima	2	6%
Local de trabalho da vítima	2	6%
Rua/via pública	3	8%
Terreno baldio/local ermo	8	23%
Estabelecimento comercial (padaria)	1	3%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

No capítulo seguinte, serão apresentados os dados relativos às variáveis elencadas para a análise dos discursos judiciais relativos a violência homicida doméstica e familiar contra mulheres.

### 3 DISCURSOS JUDICIAIS SOBRE HOMICÍDIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Há algumas décadas, movimentos feministas vêm apontando diversas formas de leniência do Poder Judiciário com a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nos casos de homicídio, é conhecida a eficácia que a tese da legítima defesa da honra já obteve para assegurar a impunidade de agressores (ARDAILLON, DEBERT, 1987; PIMENTEL, PANDJIARJIAN, BELLOQUE, 2006). Os 35 processos de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica analisados nesse trabalho apresentam, no entanto, um cenário distinto.<sup>17</sup> Na maioria dos casos, houve condenação dos réus, e o tempo de tramitação dos processos foi de até dois anos, conforme se verá a seguir.

No que diz respeito ao teor das decisões (sentenças ou acórdãos) transitadas em julgado, houve: condenação com imposição de pena privativa de liberdade (variando entre sete e 37 anos) em 29 casos (82%); condenação com perdão judicial (Código Penal, art. 107, IX) em um caso (3%); extinção de punibilidade por morte (Código Penal, art. 107, I) do réu em dois casos (6%); impronúncia (Código de Processo Penal, art. 414) dos réus em dois casos (6%); absolvição sumária por legítima defesa (Código Penal, art. 25) em um caso (3%). A tabela 8 abaixo apresenta o panorama de decisões:

**Tabela 8 – Comparação de teor das decisões**

Teor das decisões	Processos	
	Número	Porcentagem
Condenação com imposição de pena privativa de liberdade	29	82%
Condenação com perdão judicial	1	3%
Extinção da punibilidade por morte do réu	2	6%
Impronúncia do réu	2	6%
Absolvição sumária por legítima defesa	1	3%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Dentre os 35 processos analisados, houve confissão do réu em 28 casos (80%) e não houve confissão em sete casos (20%). Dentre os 28 casos em que houve confissão, em 24 processos (86%) houve condenação com imposição de pena privativa de liberdade; em dois processos (7%) houve extinção da punibilidade por morte do agressor; em um caso (3,5%)

<sup>17</sup> Conforme destacado no capítulo anterior, a referência a processos específicos, quando necessária, será feita pela indicação de um número de 1 a 35, atribuído a cada processo de acordo com a ordem em que foram analisados os casos.

houve condenação com perdão judicial; e em um caso (3,5%), houve absolvição sumária por legítima defesa. Esses dados remetem às considerações de Foucault (1999) quanto à ambiguidade da confissão, que é, ao mesmo tempo, um tipo de prova particularmente forte, legitimadora da verdade penal construída no processo, e um efeito positivo do próprio poder penal sobre os indivíduos acusados que, ao confessar, expressam introjeção das regras punitivas.

No que se refere ao tempo de tramitação dos processos, contado desde a data do fato até o trânsito em julgado, a maioria – 20 dos 35 processos (57%) – foi finalizada em tempo máximo de até dois anos. Nove processos (26%) tiveram trânsito em julgado em até um ano; 11 casos (31%) levaram entre um e dois anos para serem finalizados; dez casos (29%) tramitaram entre dois e três anos até o trânsito em julgado; três processos (8%) levaram entre três e quatro anos para serem finalizados; e dois processos (6%) levaram entre quatro e cinco anos até transitarem em julgado, conforme se vê na tabela 9 abaixo:

**Tabela 9 - Comparação do tempo de tramitação dos processos**

<b>Tempo de tramitação</b>	<b>Processos</b>	
	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Até 1 ano	9	26%
Até 2 anos	11	31%
Até 3 anos	10	29%
Até 4 anos	3	8%
Até 5 anos	2	6%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Os dados relativos ao desfecho e tempo de tramitação dos processos analisados sinalizam que o tratamento judicial de casos mulheres mortas em situação de violência doméstica e familiar parece estar se distanciando dos contextos de impunidade e morosidade que o caracterizaram em décadas passadas, conforme apontado nos estudos de Corrêa (1983) e Ardaillon e Debert (1987). Esta constatação requer, então, um deslocamento do olhar analítico tradicional sobre o tema, que buscava explicar os mecanismos jurídicos de desresponsabilização dos agressores. Nos processos analisados, houve responsabilização dos réus na maioria dos casos: dentro do tempo máximo de cinco anos, 82% dos réus foram condenados e apenados. Assim, o presente trabalho não se deterá em maiores considerações sobre os resultados dos casos ou seu tempo processual, já que o que interessa investigar, por



ora, são os termos e os marcos legais a partir dos quais os atores judiciais compreenderam os casos e debateram sobre a sanção cabível aos réus.

Para prosseguir no intuito de mapear discursos judiciais sobre violência homicida doméstica e familiar contra a mulher, isto é, no sentido de localizar ausências e presenças nos discursos construídos para os casos analisados, os próximos tópicos apresentarão a investigação de três variáveis: a aplicação da Lei Maria da Penha, o tratamento judicial conferido aos históricos de violência doméstica e familiar e as teses judiciais relativas aos motivos dos crimes. Pretende-se mostrar o paradoxo exposto pelos discursos judiciais sobre a violência: os casos são expressões absurdas da violência de gênero, mas muitas vezes foram tratados como eventos singulares na relação afetiva entre vítimas e réus.

### **3.1 Aplicação da Lei Maria da Penha**

A Lei Maria da Penha criou um sistema jurídico autônomo que buscou dar visibilidade e contribuir para o enfrentamento da violência de gênero em âmbito doméstico, familiar e de relações íntimas de afeto. Distanciando-se de um tratamento exclusivamente punitivista da violência doméstica, suas principais inovações, como as medidas protetivas de urgência e a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, visam interromper imediatamente a situação de violência e garantir às mulheres atenção multidisciplinar adequada. Uma vez que busca justamente evitar violências mais graves, homicídios não são objeto expresso da Lei. Isso não significa, no entanto, que a Lei não deva ser aplicada a esses casos. Todos os crimes e contravenções penais cometidos em contexto de violência doméstica devem ser processados de acordo com a Lei Maria da Penha.

Logo após a criação da Lei, houve uma controvérsia sobre se homicídios em situação de violência doméstica deveriam ser julgados por Juizados de Violência Doméstica e Familiar ou por Tribunais do Júri, que têm competência constitucional para julgar todos os crimes dolosos contra a vida (Constituição Federal, art. 5º, XXXVIII). Alguns juízos entenderam que esses crimes deveriam ser processados, até a decisão de pronúncia, nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar; após a formação da culpa, com o réu pronunciado, os autos iriam para o Tribunal do Júri.<sup>18</sup> Em 2009, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que

---

<sup>18</sup> Conforme Superior Tribunal de Justiça, Habeas Corpus nº 73.161-SC, Rel. Min. Jane Silva (Desembargadora Convocada – TJMG), Quinta Turma, julgado em 29 ago. 2007, DJ 17 set. 2007: “HABEAS CORPUS – CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PROCESSADO PELO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – NULIDADE – NÃO OCORRÊNCIA – LIBERDADE PROVISÓRIA – CRIME HEDIONDO – IMPOSSIBILIDADE – ORDEM DENEGADA. - Ressalvada a competência do Júri para julgamento do crime doloso contra a vida, seu processamento, até a fase de pronúncia, poderá ser pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em atenção à Lei 11.340/06. (...) - Denegaram a ordem, ressalvado o posicionamento da Relatora.” (BRASIL, 2007).

a competência para o julgamento do sumário de culpa de homicídios deveria ser estabelecida pela Lei de Organização Judiciária de cada Estado, devendo a fase de juízo de julgamento ser realizada no Tribunal do Júri, em observância à previsão constitucional.<sup>19</sup>

No caso do Distrito Federal, a competência para julgamento de homicídios em situação de violência doméstica é exclusivamente do Tribunal do Júri, em função do que determina a Lei de Organização Judiciária local.<sup>20</sup> O Tribunal do Júri deve, portanto, aplicar todos os comandos da Lei Maria da Penha a esses casos.<sup>21</sup> Com o intuito de avaliar essa aplicação em detalhes, foram registradas, nos 35 processos analisados, todas as vezes em que a Lei foi mencionada, usada no enquadramento legal das condutas processadas ou aplicada em sentenças e acórdãos na forma da agravante genérica de violência contra a mulher prevista no Código Penal, art. 61, II, alínea "f".<sup>22</sup>

Dentre os dados coletados, destaca-se que em 21 dos 35 casos analisados (60%) a Lei Maria da Penha não foi sequer mencionada. Em cinco processos (15%), a Lei foi mencionada em algumas peças processuais (como boletins de ocorrência, representações de prisão preventiva e outras peças do inquérito, além de apelação do Ministério Público), mas não foi aplicada nas decisões. Nos demais nove casos (25%), a Lei foi aplicada em sentença ou acórdão, por meio da agravante de crime praticado com violência contra a mulher, gerando reflexos no tempo das penas privativas de liberdade cominadas, mas sem que tenha havido reflexões a respeito da caracterização da violência homicida nos termos da Lei. A aplicação da Lei pelos atores judiciais mostrou-se, portanto, assistemática e descontínua, na medida em não foi possível identificar razões para a aplicação em apenas uma pequena seleção de casos, feita

<sup>19</sup> Conforme Superior Tribunal de Justiça, Habeas Corpus nº 121.214-DF, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 19 mai. 2009, DJe 08 jun. 2009: “PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. JUÍZADO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. CONSTRANGIMENTO. RECONHECIMENTO. 1. Estabelecendo a Lei de Organização Judiciária local que cabe ao Juiz-Presidente do Tribunal do Júri processar os feitos de sua competência, mesmo antes do ajuizamento da ação penal, é nulo o processo, por crime doloso contra a vida - mesmo que em contexto de violência doméstica - que corre perante o Juizado Especial Criminal. 2. Ordem concedida para anular o processo a partir do recebimento da denúncia, encaminhando-se os autos para o 1º Tribunal do Júri de Ceilândia/DF, foro competente para processar e julgar o feito.” (BRASIL, 2009).

<sup>20</sup> Conforme Lei n. 11.697/2008: “Art. 19. Compete ao Juiz-Presidente do Tribunal do Júri: I – processar os feitos da competência do Tribunal do Júri, ainda que anteriores à propositura da ação penal, até julgamento final;” (BRASIL, 2008).

<sup>21</sup> Nesse sentido: “Esclareça-se, porém, que o Tribunal do Júri deverá aplicar todos os comandos da Lei Maria da Penha, inclusive as medidas protetivas de urgência. Não importa que Juízo processa a matéria, mas a natureza da violência e a qualidade de sua vítima.” (LIMA, 2011, p. 272).

<sup>22</sup> A definição normativa da violência doméstica e familiar contra a mulher está no art. 5º da Lei Maria da Penha, que a define no âmbito da unidade doméstica, da família e de qualquer relação íntima de feto, e no art. 7º, que a caracteriza nos seguintes termos: “Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.” (BRASIL, 2006).

sob diferentes critérios para a autoridade policial, o Ministério Público e o Poder Judiciário. A tabela 10 abaixo apresenta este panorama de aplicação da Lei:

**Tabela 10 - Comparação de aplicação da Lei Maria da Penha**

Aplicação da Lei Maria da Penha	Processos	
	Números	Porcentagem
Não aplicada em decisões nem mencionada em qualquer peça processual	21	60%
Não aplicada em decisões, mas aplicada em alguma outra peça processual	5	15 %
Aplicada em decisões (sentenças e acórdãos)	9	25%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

No que se refere ao fluxo processual dos nove (25%) casos em que houve aplicação da Lei, em três desses casos (7%), a aplicação da agravante foi exclusivamente suscitada por juízas em sede de sentença. Em dois casos (6%), o enquadramento da conduta a partir da Lei Maria da Penha foi feito pela autoridade policial em procedimentos da fase de inquérito (como o boletim de ocorrência, o relatório final do inquérito e a representação de prisão preventiva do indiciado) e posteriormente houve aplicação da agravante em sentença. Em outros dois casos (6%), o enquadramento da Lei foi pleiteado pelo Ministério Público (em sede de denúncia, em um caso, e em apelação, em outro) e reconhecido pelo Judiciário na sentença ou no acórdão com a aplicação da agravante. Por fim, em dois casos (6%), o enquadramento legal da violência a partir da Lei Maria da Penha foi feito desde a fase de inquérito, pela autoridade policial, sendo pleiteado pelo Ministério Público em denúncia e/ou apelação, e atendido pelo Judiciário, por meio da aplicação da agravante de violência contra a mulher em sentença ou acórdão. A variedade de itinerários processuais nos referidos casos aponta para a pouca sistematicidade no que toca à aplicação da Lei, que apareceu ou deixou de aparecer nos casos analisados sem maiores fundamentações. A tabela 11 ilustra as situações de menção à Lei nos processos em que ela foi aplicada em sentenças ou acórdãos:

**Tabela 11 - Comparação de processos cujas decisões aplicaram a Lei Maria da Penha**

Aplicação da Lei Maria da Penha	Processos	
	Números	Porcentagem
Aplicada apenas pelo Judiciário	3	7%
Aplicada pela autoridade policial e pelo Judiciário	2	6 %
Aplicada pelo Ministério Público e pelo Judiciário	2	6%

Aplicada pela autoridade policial, Ministério Público e Judiciário	2	6%
<b>Total de processos com aplicação da Lei Maria da Penha em sentenças e acórdãos</b>	<b>9</b>	<b>25%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Conforme destacado, em 21 processos (60%) não houve qualquer menção à Lei Maria da Penha. Considerados os 14 processos (40%) em que se verificou a aplicação da Lei (nove deles com aplicação nas decisões judiciais, e cinco com aplicação em outras peças processuais), foi analisada a frequência de aplicação feita pelos diferentes atores judiciais: autoridade policial, Ministério Público e Poder Judiciário. Essa frequência mostrou-se semelhante entre os três atores judiciais, mas o enquadramento da violência a partir da Lei foi feito sob critérios distintos para cada um, de modo que a aplicação por um deles não levou a aplicação pelos demais, na maioria dos casos.

Verificou-se, assim, que a autoridade policial (consideradas portarias de instauração e relatórios finais de inquéritos, boletins de ocorrência e representações de prisões preventivas ou temporárias de indiciados) aplicou a Lei em sete casos (20%); o Ministério Público (consideradas denúncias, alegações finais, apelações e contrarrazões de apelação), em oito casos (23%); o Poder Judiciário (consideradas sentenças, acórdãos e incidente de conflito de competência), em nove casos (25%). A tabela 12 abaixo representa a frequência de aplicação da Lei distribuída por atores judiciais:

**Tabela 12 - Comparação de aplicação da Lei Maria da Penha por atores judiciais**

Aplicação da Lei Maria da Penha	Processos	
	Números	Porcentagem
Aplicada pela autoridade policial	7	20%
Aplicada pelo Ministério Público	8	23 %
Aplicada pelo Poder Judiciário	9	25%
<b>Total de processos com aplicação da Lei Maria da Penha (em decisões ou não)</b>	<b>14</b>	<b>40%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Em nenhum dos 35 processos analisados as defesas dos réus mencionaram a Lei Maria da Penha. Uma vez que a Lei também não teve particular relevância na caracterização das condutas feita pelo Ministério Público, os quesitos formulados pelas juízas dos casos, a

partir das teses da acusação e da defesa (nos termos do Código de Processo Penal, art. 482), e submetidos à apreciação das juradas tampouco mencionaram a Lei.

A baixa ocorrência de aplicação da Lei Maria da Penha observada nos processos sugere que a Lei não tem sido considerada um marco legal relevante para o julgamento de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Isso pode indicar a existência de controvérsia quantos aos marcos legais e interpretativos considerados adequados para o enfrentamento da violência doméstica no âmbito do sistema judicial, a despeito da política pública abrangente que a Lei buscou criar e implementar.

Não identificar homicídios decorrentes de violência doméstica como tal pode ser um entrave à implementação da política de enfrentamento à violência criada pela Lei Maria da Penha. Nos termos do art. 8º da Lei, essa política requer uma compreensão ampliada do fenômeno da violência doméstica, a ser desenvolvida por meio da sistematização de dados relativos a suas causas, consequências e frequências (inciso II), além de exigir a sensibilização e capacitação permanentes de profissionais do sistema de justiça que lidam esse tipo de casos (inciso VII). Essas medidas podem ser dificultadas pela exclusão de homicídios de mulheres praticados por companheiros e familiares dos marcos interpretativos vigentes relativos à violência doméstica e familiar.

Além disso, a baixa aplicação da Lei Maria da Penha pode gerar prejuízos reais para mulheres em situação de violência. No Distrito Federal, o Tribunal do Júri tem competência para julgamento não só de homicídios cometidos em situação de violência doméstica, mas também de tentativas de homicídio, uma vez que esses também são crimes dolosos contra a vida. Nesses casos, em que muitas vezes são observados riscos contínuos às vidas das mulheres, a importância de identificação imediata do contexto de violência doméstica e da aplicação da Lei da Penha, com acionamento de medidas protetivas de urgência, por exemplo, se mostra ainda maior.

### **3.2 Tratamento judicial do histórico de violência doméstica e familiar**

Estudos sobre violência doméstica e familiar destacam que a relação violenta frequentemente se desenvolve em ciclos (SOARES, 2012; GROSSI, 2000). Nesse contexto, muitas vezes o homicídio não é o resultado de uma situação momentânea e fortuita de descontrole e violência grave, mas sim o último episódio de um cotidiano de agressões. Essa compreensão faz do histórico de violência, formalmente denunciada ou não, um elemento importante para a identificação e o adequado enfrentamento de casos de violência doméstica.

Levando isso em consideração, paralelamente à análise da aplicação da Lei Maria da Penha, foi realizado um mapeamento do tratamento judicial dado aos históricos de violência nos julgamentos dos 35 homicídios de mulheres analisados.

Assim, observou-se que, em 23 processos (65%), houve relatos de histórico de violência doméstica envolvendo vítimas e réus. Em 22 deles (63%), foram familiares, amigas e vizinhas das vítimas que, em depoimentos na fase de inquérito e/ou em juízo, descreveram episódios anteriores de agressões físicas e verbais e de ameaças de morte; em um caso (2%), o próprio réu relatou discussões frequentes por ciúmes e afirmou já haver agredido a companheira antes. Em quatro desses casos (11%), além de ser mencionado nos depoimentos, o histórico de violência estava documentalmente registrado nos autos dos processos, por meio da juntada de cópias de ocorrências policiais referentes a agressões anteriores.

Vários homicídios ocorreram justamente no momento em que as vítimas tentavam se proteger e interromper o ciclo de violência em que viviam há algum tempo. Em dois casos (processos 4 e 18), as vítimas foram mortas nas casas de amigos a quem haviam pedido abrigo, por medo de ameaças e agressões já feitas pelos réus. Em outro caso (processo 33), o réu decidiu matar a vítima por ela haver denunciado, nos termos da Lei Maria da Penha, as agressões que sofrera dele. Em outro caso (processo 10), a vítima foi morta em casa, na frente de duas amigas a quem havia pedido ajuda para retirar seus pertences em segurança, já que temia a reação do réu ao descobrir que ela queria separar-se dele e sair da casa. Em outros dois casos (processos 6 e 34), as vítimas chegaram a se mudar de cidade para fugir das agressões dos réus.

Os históricos de violência doméstica, no entanto, não obtiveram repercussão relevante na caracterização judicial das condutas criminosas. Dentre os 23 processos (65%) em que foram registrados em provas testemunhais, o Ministério Público mencionou-os (em alegações finais ou apelações) em apenas oito casos (23%), na maioria das vezes com o intuito de caracterizar mau comportamento social dos réus; o Judiciário, por sua vez, mencionou os históricos em sentenças ou acórdãos em apenas seis casos (17%), sendo que em apenas dois deles (6%) os históricos tiveram algum impacto na sentença, já que foram considerados, no procedimento de fixação da pena, na etapa de avaliação das circunstâncias judiciais (previstas no art. 59 do Código Penal). A tabela 13 apresenta o panorama de menção a históricos de violência nos processos:

**Tabela 13 – Comparação de menção a históricos de violência doméstica e familiar**

<b>Histórico de violência doméstica e familiar</b>	<b>Processos</b>
--	------------------

	Números	Porcentagem
Menções do Ministério Público a históricos de violência	8	23 %
Menções do Poder Judiciário a históricos de violência	6	17%
<b>Total de processos com histórico de violência doméstica</b>	<b>23</b>	<b>65%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Os dados mostram que, na ausência das mulheres vitimadas, o tratamento judicial conferido ao ciclo de violência, conforme registrado em documentos policiais ou em depoimentos de testemunhas, foi arbitrário, considerado relevante em apenas parte dos casos. Além disso, chamam atenção os quatro processos (11%) em que o histórico de violência estava registrado na forma de ocorrências policiais anteriores: nesses casos, o Estado foi acionado para intervir na situação de violência vivida pelas mulheres, mas falhou em protegê-las.

### 3.3 Teses judiciais relativas aos motivos dos homicídios

Com o intuito de aprofundar o mapeamento das descrições judiciais da violência doméstica homicida – para além das considerações já apresentadas a respeito da aplicação da Lei Maria da Penha e do tratamento dos históricos de violência –, os argumentos apresentados pela defesa e pelo Ministério Público quanto aos motivos dos crimes foram analisados em profundidade, codificados e comparados por meio da técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Para esta etapa do trabalho, foram selecionados como unidades de registro os parágrafos que fizeram referência aos motivos dos crimes apresentados nas alegações finais ou peças processuais posteriores, ou seja, após encerrada a instrução probatória dos processos. Esses argumentos são, em geral, centrais para as teses jurídicas que defesa e acusação submetem à apreciação do Júri.

Em 17 dos 35 processos (48%), os debates entre acusação e defesa centraram-se sobre a adequação legal da imputação penal aos réus e sobre se as condutas em questão configuravam crimes ou não. Nesse sentido, as principais teses de defesa foram: impronúncia por ausência de indícios suficientes de autoria do réu (conforme Código de Processo Penal, art. 414); desclassificação da infração penal do homicídio para outra menos grave (conforme Código de Processo Penal, art. 74, §3º); e absolvição sumária (conforme Código de Processo Penal, art. 415; nos casos, os pleitos de absolvição basearam-se em negativa de autoria do réu, legítima defesa, inimputabilidade em razão de doença ou perturbação mental e embriaguez

fortuita). Considerando que, nesses casos, a discussão judicial sobre motivos das agressões fatais sofridas pelas mulheres não teve relevância expressiva, eles foram excluídos da análise em profundidade.

Já nos demais 18 processos (52%), a defesa dos réus baseou-se na confissão da prática delitiva seguida da apresentação de outras circunstâncias atenuantes da pena (conforme Código Penal, art. 65, III). Em 16 casos (46%), as defesas alegaram que os réus agiram sob efeito de violenta emoção, após injusta provocação da vítima; em um caso, a defesa argumentou que o réu agiu em defesa de relevante valor moral; em um caso, a defesa alegou legítima defesa da honra do réu – tese que se pretende excludente de ilicitude, e não atenuante da pena, aliás –, além de também alegar, subsidiariamente, violenta emoção por injusta provocação da vítima.

Tem-se, assim, a tabela 14 que resume as teses de defesa apresentadas:

**Tabela 14 - Comparação de teses de defesa**

Teses de defesa	Processos	
	Números	Porcentagem
Absolvição sumária/ inadequação da imputação penal	17	48%
Violenta emoção por injusta provocação da vítima	16	46 %
Crime cometido por motivo de relevante valor moral	1	3%
Legítima defesa da honra	1	3%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Nos 18 casos (52%) em que a defesa alegou violenta emoção por injusta provocação da vítima, legítima defesa da honra ou crime cometido por relevante valor moral, o que se observa é a apresentação de argumentos que buscam legitimar ou ao menos minimizar a violência cometida contra as vítimas. Nesses casos, o debate acerca dos motivos do crime ganhou especial relevância. Assim, os argumentos da defesa quanto aos motivos foram submetidos a uma análise temática e organizados em categorias, apresentadas a seguir.

Dentre os 18 casos analisados, em seis processos (17%) os argumentos justificadores da violência apresentados pelas defesas dos réus remetem a suposta traição das vítimas como atos desencadeadores da agressão. Em três casos (8,5%), a defesa alegou agressão anterior da vítima contra o réu. Em outros três casos (8,5%), a defesa alegou que a violência foi desencadeada pelo descumprimento de tarefas de mãe/esposa da vítima. Em dois casos (6%), a alegação de injusta provocação da vítima se referia à rejeição manifestada em relação ao



réu. Em dois casos (6%), a defesa alegou que o réu reagiu a provocações da vítima quanto a sua virilidade, desafiada por meio da afirmação de que o réu não seria pai das filhas do casal. Por fim, em dois casos (6%), a defesa aponta como provocação da vítima supostos questionamentos quanto à virilidade do réu por meio de críticas a respeito de seu desempenho sexual. A tabela 15 a seguir mostra as categorias de motivos legitimadores da violência apresentados pelas defesas:

**Tabela 15 - Comparação de argumentos sobre motivação do crime apresentados pelas defesas dos réus**

Categoria de motivos	Processos	
	Número	Porcentagem
Traição	6	17%
Agressão	3	8,5%
Descumprimento de papel de mãe/esposa	3	8,5%
Rejeição	2	6%
Questionamento de paternidade	2	6%
Questionamento de desempenho sexual	2	6%
<b>Total de processos com motivos legitimadores do crime</b>	<b>18</b>	<b>52%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Para uma melhor compreensão da categorização feita quanto aos argumentos apresentados pelas defesas dos réus para a motivação dos crimes, serão apresentados a seguir alguns exemplos de cada categoria. Assim, os seguintes trechos destacaram-se como argumentos da categoria traição:

O Ministério Público, bem como a assistência de acusação, visando tão somente a vontade de condenar a pessoa do acusado, não mostram o outro lado da história do casal, ou seja, o amor, a paixão, o noivo da vítima, as insistentes investidas amorosas da vítima contra a pessoa do acusado, ou seja, não quis analisar a devida participação de cada pessoa do formado triângulo amoroso. (...) Demonstra ainda que a própria vítima não sabia como reagir entre aqueles 2 (dois) homens, o acusado e seu noivo, pois mesmo já namorando com o acusado a mesma também não se afastava do noivo. (Trecho de alegações finais da defesa no processo 2).

O acusado agiu sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, consistente em encontrar sua companheira no leito de outro homem, em trajes típicos de quem se encontrava mantendo relação sexual? (Quesito formulado pela defesa e apresentado às juradas para votação no processo 21).

Na categoria agressão, vale citar o seguinte trecho:

Não ficou comprovado que o réu agiu por motivo fútil, entendendo que a vítima o provocou, o insultou, e até mesmo o agrediu, conforme demonstrou a defesa, em plenário. (Trecho da apelação do réu no processo 11).

Para a categoria descumprimento de papel de mãe/esposa, o trecho a seguir é ilustrativo:

Qual a futilidade no ato de um marido ensandecido pelo ciúme, com um histórico matrimonial de sofrimento, após inúmeras vezes tentar contatar com sua mulher no telefone, ela não o atender, enquanto encontra-se em um bar bebendo, sabe-se lá com quem, em plena madrugada? Tal motivo é insignificante, desarrazoado, despropositado, ínfimo, mínimo? (Trecho de apelação do réu no processo 28).

Na categoria rejeição, são exemplos os seguintes argumentos:

No dia dos fatos, o acusado se encontrou com a vítima tentando a reconciliação, uma vez que sentia fortes emoções pela mesma. No entanto, ao confessar-lhe que a havia visto com outra pessoa, a mesma respondeu: “Não é da tua conta, você não tem nada a ver com isso e eu saio com quem eu quero.” Ora, Meritíssimo, para uma pessoa apaixonada tais palavras equivaleriam a uma facada em seu coração. O desprezo sofrido pelo acusado foi demais pra ele, o qual reagiu sem pensar por causa das duras palavras da vítima, que já o rejeitava há muito tempo, caracterizando o homicídio emocional. (Trecho de alegações finais da defesa no processo 8).

O acusado agiu sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima, consistente na vítima ter juntado suas roupas e ter lhe mandado ir embora da casa dela? (Quesito formulado pela defesa e apresentado às juradas para votação no processo 5).

Quanto à categoria questionamento de paternidade, destaca-se o argumento assim exposto:

O acusado agiu sob domínio de violenta emoção, após injusta provocação da vítima, ao ser chamado de corno e ter falado que a filha do casal não era dele? (Quesito formulado pela defesa e apresentado às juradas para votação no processo 34).

Por fim, são exemplos de argumentos da categoria questionamento de desempenho sexual:

O acusado praticou o crime sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, consistente em comparações feitas pela vítima quanto ao desempenho sexual do acusado e terceira pessoa com quem mantinha relacionamento amoroso? (Quesito formulado pela defesa e apresentado às juradas para votação no processo 32).

Não estando demonstrado que o réu agiu de forma possessiva, ou mesmo no sentido de frustrar a separação, sendo pego de surpresa por um bombardeio de mensagens, na qual informavam que o acusado estaria sendo traído e ainda que “o pau do interrogando era pequeno, que já tinha encontrado um homem com um pau maior e mais grosso”. (Trecho de alegações finais da defesa no processo 20).

As teses de defesa que buscaram culpabilizar a vítima pela violência sofrida baseiam-se na reprodução de estereótipos sexuais e de papéis sexuais (COOK; CUSACK, 2010). Estereótipos sexuais contêm prescrições a respeito de comportamentos sexuais e afetivos masculinos e femininos considerados aceitáveis e esperados. Os argumentos relativos à traição e rejeição supõem que mulheres são propriedades sexuais dos homens e não têm qualquer agência sobre suas relações, de modo que, se elas se relacionam sexualmente com outras pessoas (independentemente de se relacionarem concomitantemente com os réus ou não) ou se decidem interromper um relacionamento, sujeitam-se à violência disciplinadora dos homens.

Por sua vez, as teses que minimizam a violência homicida enquanto resposta ao descumprimento do papel de mãe/esposa das mulheres e a ameaças a virilidade dos homens – seja na forma de questionamento da paternidade das filhas que sustentam ou de menosprezo a sua performance sexual – fundamentam-se em estereótipos de papéis sexuais (COOK; CUSACK, 2010). Nesse contexto, os comportamentos apropriados seriam organizados em torno da relação entre homens sexualmente agressivos e provedores de famílias legítimas e mulheres recatadas e sem iniciativa sexual que são mães e esposas.

Embora essa abordagem não exista nos processos, quando defesa e acusação discutem sobre se a agressão fatal sofrida por uma mulher foi propiciada por um ato seu, debatem normatividade de gênero e relações de poder entre homens e mulheres. A mulher que decidiu interromper um relacionamento e se relacionar sexualmente com outra pessoa foi apresentada, no discurso da defesa, como alguém que deu causa à violência sofrida ao “ofender a união estável” que deveria manter com o réu (trecho de alegações finais da defesa no processo 21); a mulher que decidiu sozinha a que horas voltar para a casa era, segundo a defesa do réu, “pessoa acostumada a não dar importância às obrigações de esposa, muito menos de mãe” (trecho alegações finais da defesa no processo 28). Na medida em que os julgamentos são mediados por estereótipos, que atualizam nos indivíduos regras, características e atributos de grupos aos quais supostamente pertencem, fica mais evidente que não se limitam a atos e fatos do caso específico.

No recurso das teses de defesa ao argumento da violenta emoção por injusta provocação da vítima, a normatividade do direito se aliou à normatividade de gênero. A fórmula da violenta emoção supõe que uma agressão homicida pode ser desencadeada por uma ofensa da vítima ao agressor, e que a devida apreciação dessa condição é necessária para uma decisão justa. Nos casos analisados, a justiça foi debatida no sentido da avaliação de até onde mulheres podem desafiar a autoridade masculina: um dos réus alegou ter matado a

vítima porque ela teria feito declarações que “abalavam a sua hombridade e a sua masculinidade” (trecho de quesito relativo à tese de violenta emoção por injusta provocação da vítima formulado pela defesa no processo 20); em outro caso, o réu afirmou que sua conduta não teve motivo fútil, já que a vítima teria dado “causa ao ocorrido, quando sabendo que o réu estava no seu direito [*sic*] de obter uma resposta sobre as perguntas por ele feitas [supostamente sobre aborto que a vítima teria realizado], a vítima não apenas negou as respostas, como também o insultou” (trecho de alegações finais da defesa no processo 26). Esteve em jogo, em alguns processos, se as mortes das vítimas foram resultado de ofensas a suas vidas ou de ameaças ao subjugado cotidiano de seus agressores.

Diversos estudos sobre julgamentos de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica destacaram a força de argumentos legitimadores da violência, notadamente a da absurda tese da legítima defesa da honra, que em muitos casos garantiu a impunidade dos agressores (CORRÊA, 1983; ARDAILLON; DEBERT, 1987; PIMENTEL; PANDJIARJIAN; BELLOQUE, 2006). A análise de processos deste trabalho identificou o uso dessa tese em apenas um dentre 35 casos, em que a defesa alegou que o réu agiu em “legítima defesa da honra, consistente em flagrar a vítima se preparando e arrumando as malas para ir embora, levando o filho menor do casal, provavelmente para a Bolívia e, ao indagá-la sobre os fatos, teve como resposta não só a confirmação de que estava sendo traído, como também o ofendeu moralmente qualificando-o aos brados de ‘corno insistente’” (trecho de alegações finais da defesa no processo 10). A tese não foi aceita pelo Júri. Isso pode indicar que a aceitação da tese, tanto entre juradas quanto entre advogadas de defesa, tem diminuído, conforme constatarem outros estudos recentes sobre o tema (DEBERT, LIMA, FERREIRA, 2008; TEIXEIRA, RIBEIRO, 2008). O uso de argumentos que culpabilizam as vítimas, no entanto, permaneceu frequente, especialmente na forma das citadas teses de homicídio cometido em situação de violenta emoção por injusta provocação da vítima. Felizmente, essa tese também não foi aceita pelas juradas em nenhum dos casos em que foi alegada.

Nos 18 processos (52%) em que foram apresentados argumentos de defesa legitimadores da violência, as alegações do Ministério Público quanto aos motivos dos crimes foram as seguintes: em dez casos (28%), inaceitação de rompimento de relacionamento; em cinco casos (15%), desentendimentos domésticos entre réu e vítima; em três casos (9%), ciúmes do réu em relação à vítima. Em nove desses casos (25%), o Ministério Público defendeu a tese de homicídio qualificado por motivo torpe (conforme Código Penal, art. 121, §2º, I), que foi aceita em votação pelas juradas em sete casos (20%); em outros seis casos (17%), o Ministério Público alegou tratar-se de homicídios cometidos por motivo fútil

(conforme Código Penal, art. 121, §2º, II), o que foi aceito pelas juradas em todos os casos alegados (17%). A seguir, a tabela 16 apresenta o panorama comparativo dos motivos do crime segundo o Ministério Público:

**Tabela 16 - Comparação de argumentos sobre motivação do crime apresentados pelo Ministério Público**

Categoria de motivos	Processos	
	Número	Porcentagem
Inaceitação de rompimento de relacionamento	10	28%
Desentendimentos domésticos	5	15%
Ciúmes	3	9%
<b>Total de processos com motivos legitimadores do crime</b>	<b>18</b>	<b>52%</b>

Fonte: Pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”/ Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

A seguir, serão reproduzidos alguns exemplos das categorias de argumentos usados pelo Ministério Público. Quanto ao argumento relativo à inaceitação de rompimento de relacionamento, destacam-se os trechos:

Ressalte-se que a conduta delituosa foi praticada por motivo fútil, uma vez que o réu cometeu o homicídio pelo fato de não ter aceito o rompimento do relacionamento com a vítima. (Alegações finais do Ministério Público no processo 3).

Não satisfeito com o fato de a vítima não aceitá-lo de volta, o réu sacou a arma que portava e desferiu-lhe vários tiros, ferindo-a letalmente. (Alegações finais do Ministério Público no processo 27).

Os laudos revelam à saciedade que o réu a matou por não se conformar com o rompimento do relacionamento que manteve com ela. (Alegações finais do Ministério Público no processo 4).

São exemplos de argumentos referentes à categoria de desentendimentos domésticos:

O acusado matou sua esposa por motivo fútil, qual seja, insatisfação com o relacionamento e com a demora dela em voltar para casa. Com efeito, os depoimentos colhidos ao longo da instrução são uníssonos em apontar que o relacionamento entre acusado e vítima era marcado por desentendimentos. (Alegações finais do Ministério Público no processo 28).

O réu agiu por motivo fútil, uma vez que o crime foi motivado porque a vítima o repreendeu pelo fato dele ter faltado ao trabalho a fim de ingerir bebida alcoólica? (Quesito formulado pelo Ministério Público e apresentado às juradas para votação no processo 26).

O acusado agiu por motivo fútil, consistente em discussão doméstica havida entre vítima e acusado sobre o volume do som da televisão? (Quesito formulado pelo Ministério Público e apresentada às juradas para votação no processo 31).

Por fim, na categoria relativa a ciúmes, destacam-se os seguintes exemplos:

Por fim, o réu agiu impelido por motivo torpe, uma vez que vitimou a vítima de forma brutal em razão de ciúmes, por não se conformar com o fato de sua ex-esposa ter iniciado uma nova carreira profissional, bem como um novo relacionamento afetivo. (Alegações finais do Ministério Público no processo 32).

Consta da denúncia que o homicídio praticado contra a vítima foi qualificado por motivo torpe, consistente no ciúme decorrente da desconfiança de que a vítima, ex-companheira do acusado, pudesse ter relacionamentos amorosos com terceiros. (...) O crime cometido por ciúmes, que guarda profunda relação com o sentimento de vingança, é daqueles que causa repulsa, merecendo a conduta um maior desvalor. (Alegações finais do Ministério Público no processo 34).

A comparação entre os motivos alegados pelas defesas e pelo Ministério Público pode indicar contextos implícitos da violência homicida. Em alguns casos em que o réu afirmou ter agido sob a comoção da descoberta de estar sendo traído, a acusação sustentou que vítima decidiu se separar (ou já se separara) do réu, mas ele não se conformou, reagindo com violência ao encontrá-la vivendo outros relacionamentos. Em outros casos, a defesa alegou que o réu teria agido sob o efeito do sofrimento de ser rejeitado pela vítima, enquanto o Ministério Público apresentou o ciúme como motivação do crime. Essas comparações permitem ver, muitas vezes, a relação entre violência homicida contra mulheres e controle da sexualidade e dos corpos femininos. A abordagem da violência sob a perspectiva de mecanismos de sujeição cotidiana das mulheres, no entanto, não apareceu nos debates processuais.

A maioria das sentenças não teceu considerações sobre os motivos dos crimes cometidos em situação de violência doméstica. Dentre os 18 processos (52%) em que a defesa apresentou teses legitimadoras da violência sofrida pelas vítimas, em 13 (37%) as juízas destacaram que motivos e circunstâncias já estavam abrangidos pelas qualificadoras (de motivo fútil ou torpe), submetidas à apreciação das juradas. Conforme já se apontou, históricos de violência doméstica não tiveram repercussão expressiva nas sentenças. Dentre os elementos que ganharam algum espaço na apreciação judicial dos casos – mais especificamente, na dosimetria das penas – estão: uso de drogas, porte de arma e envolvimento com gangues, avaliados negativamente quanto à circunstância judicial da conduta social do réu; e a presença de crianças (filhas das vítimas e/ou réus) no local em que foi cometido o homicídio, considerada desfavorável ao réu na análise das circunstâncias judiciais do crime.

Em cinco sentenças (14%), a descrição do relacionamento em que foi praticado o ato violento foi feita com referência um sentimento de posse ou propriedade nutrido pelo agressor

em relação à vítima, conforme se vê nos exemplos destacados abaixo. No entanto, em geral, as menções foram pontuais, não relacionadas ao contexto do ciclo de violência doméstica e familiar ou a desigualdades de gênero.

Quanto às circunstâncias do fato, parte delas está abrangida pela qualificadora de motivo torpe, que atesta que o réu, acima de qualquer sentimento de amor, tinha um sentimento de posse em relação à vítima, e, com isso, ao invés de respeitar a vontade dela, decidiu tirar-lhe a vida, para, com isso, confirmar que ela lhe pertencia. (Trecho de sentença no processo 10).

O réu, quando afirmou que era e ainda é apaixonado pela vítima, quis se referir a uma paixão egoística, fundada no sentimento de posse, eis que ele mesmo afirmou que suas graves atitudes decorreram após a vítima afirmar que era para esquecê-la, que não queria mais vê-lo. (Trecho da sentença no processo 2).

Embora não tenha havido, na maioria das sentenças, considerações sobre os contextos dos casos, elas não estão isentas da reprodução de estereótipos sexuais e de papéis sexuais. Em três processos (9%), trechos das sentenças lançam mão de argumentos legitimadores da violência cometida contra as vítimas. Em um caso, ao concluir que a vítima em nada contribuiu para o episódio violento, a sentença destacou que a vítima era “mulher honesta”, remetendo a um julgamento da moral sexual feminina que ainda hoje precede o julgamento de crimes cometidos contra mulheres, porque em primeiro lugar seria necessário avaliar se a mulher em questão é realmente passível de ser vítima. Em outro processo, a sentença discorre sobre que tipo de violência seria aceitável diante dos supostos xingamentos proferidos pela vítima ao réu, sugerindo que uma agressão física seria uma resposta razoável. Por fim, em um processo, a sentença desconsidera a decisão negativa do Júri quanto à tese de homicídio cometido por violenta emoção em razão de injusta provocação da vítima e reconhece tal argumento, aplicando-o. Esses três trechos estão reproduzidos abaixo:

Com relação ao comportamento da vítima, em nada contribuiu para seu fim trágico: tratava-se de uma mulher honesta, que conviveu com o réu por dezesseis anos e com ele teve um filho. (Trecho da sentença do processo 6).

A despeito de o réu ter dito que a vítima o ofendera gravemente - chamando-o de viado [*sic*], de corno e ter dito que a filha não era sua - não há prova efetiva de tal circunstância e, ainda que houvesse, não deveria levá-lo à prática do fato, máxime quando se tratava de companheira de 6 (seis) anos, que disse amar muito. Quando muito, poderia ser admitida até uma agressão física ou uma discussão maior. Mas desferir 28 facadas, como reação a tal circunstância, apaga qualquer mal que a vítima tivesse lhe causado. (Trecho da sentença do processo 7).

Por fim, verifico que, em que pese os jurados não terem reconhecido ter agido o réu sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, nada impede que o magistrado reconheça a circunstância atenuante prevista no art. 65, III, “c”, do Código Penal. No caso presente, inegável que ao se deparar com a

sua companheira no leito de outro homem em trajes típicos de quem se encontrava mantendo relação sexual, agiu o réu sob influencia de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima. (Trecho da sentença do processo 21).

### **3.4 Violência doméstica e familiar contra a mulher e discursos judiciais ambíguos**

As variáveis analisadas no conjunto de 35 processos de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar revelaram um cenário ambíguo. Por um lado, a Lei Maria da Penha, principal marco legal nacional de combate à violência doméstica, só foi mencionada em 40% dos casos, sendo efetivamente aplicada em sentenças e acórdãos em 25% dos processos; mesmo quando ocorreu, a aplicação da Lei foi assistemática e descontínua. Os históricos de agressão e a compreensão da violência doméstica como um ciclo não obtiveram relevância na caracterização judicial da violência homicida. Muitas teses de defesa relativas aos motivos do crime basearam-se na reprodução de estereótipos de gênero, e os debates centraram-se sobre argumentos legitimadores da violência, que também foram reproduzidos em algumas sentenças.

Por outro lado, na votação de quesitos submetidos à apreciação do Conselho de Sentença, as juradas rejeitaram todas as teses de defesa legitimadoras da violência sofrida pelas vítimas, e o teor das decisões transitadas em julgado determinou, na maioria dos casos, medidas de responsabilização dos réus (por meio da aplicação de penas privativas de liberdade). A tese da legítima defesa da honra, que até tempos atrás chegava a garantir a impunidade de agressores, teve pouca relevância nos casos analisados (foi alegada em um único caso – 3% - e rejeitada pelas juradas).

O presente trabalho não tem elementos suficientes para explicar essa ambivalência, marcada por casos em que condenações coincidiram com o uso de argumentos legitimadores da violência, ou em que a aplicação da Lei Maria da Penha não foi acompanhada da perspectiva crítica de gênero que a fundamenta. O trabalho tampouco pretendeu fazê-lo, aliás, na medida em que foi proposto como um estudo descritivo dos discursos judiciais relativos à violência doméstica. No entanto, algumas considerações podem ser feitas.

Em primeiro lugar, é de se esperar que a simples letra da Lei Maria da Penha, ainda que bastante avançada em suas concepções, seja incapaz de automaticamente gerar transformações na abordagem judicial da violência doméstica, especialmente considerando o androcentrismo constitutivo do direito. Não por outra razão, a própria Lei traz, entre seus dispositivos, a necessidade de desenvolvimento de um processo pedagógico de capacitação e sensibilização permanentes junto a profissionais que lidam com o tema, no intuito de provocar



questionamentos quanto às abordagens judiciais reprodutoras de estereótipos prejudiciais às mulheres. Debates na esfera pública, reflexões críticas sobre expressões midiáticas e culturais machistas e disputa do senso comum teórico dos juristas (WARAT, 1982) são, portanto, indispensáveis. No entanto, esses processos são incompatíveis com a educação jurídica de tradição bacharelesca, legalista, bancária e resistente às perspectivas de gênero (bem como às de cor e classe, aliás) ainda hoje predominante (TOKARSKI, 2009; MAGALHÃES, 2011).

Em segundo lugar, é possível vislumbrar traços de incompatibilidade entre o complexo sistema jurídico com viés de gênero criado pela Lei Maria da Penha e o funcionamento do Tribunal do Júri, orientado pelo princípio da íntima convicção das juradas, dispensadas de fundamentar seus votos. Na medida em que condena ou absolve réus sem que os entendimentos precisem ser detalhadamente fundamentados (desde que não sejam manifestamente contrários às provas dos autos), o Tribunal do Júri pode ser um espaço pouco crítico de seus próprios argumentos e suas consequências para além da definição do cabimento de sanção ao réu. Ministério Público e advogadas de defesa empenham-se em convencer juradas da necessidade de condená-lo ou não; por sua vez, a votação secreta das juradas desobriga juízas de tecer considerações a respeito do contexto dos crimes, de modo que as sentenças tratam, basicamente, da dosimetria da pena.

Esse contexto do funcionamento do Tribunal do Júri, no entanto, não impede a percepção de que a ausência da perspectiva de gênero sobre a compreensão judicial da violência homicida não está apenas nos argumentos flagrantemente estereotipados apresentados pelas defesas de muitos réus, mas também nas alegações do Ministério Público e do Poder Judiciário. Em geral, esses atores judiciais caracterizaram a violência de maneira individualista, isolada e despolitizada, atribuível a desentendimentos domésticos, relacionamentos disfuncionais ou ciúmes exagerados. Essas concepções obscurecem a interrelação entre práticas cotidianas de subordinação femininas e discursos judiciais que, como tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987), articulam poderes e saberes na produção de regimes jurídicos de verdade legitimadores da violência de gênero, de um lado, e de corpos e subjetividades femininos violáveis, de outro.

Nos processos analisados, esses corpos apareceram mortos, vítimas de múltiplas lesões provocadas por armas brancas<sup>23</sup>, de violências praticadas na frente de crianças<sup>24</sup>, ou em

---

<sup>23</sup> Dentre os processos analisados, em 19 casos (54%) as lesões fatais foram provocadas por armas brancas, sendo que em dez deles (28%) houve mais de 10 facadas; em 13 casos (37%), a morte foi causada por disparos de arma de fogo, e em três casos (9%), por pauladas.

<sup>24</sup> Em três casos analisados (9%), a violência fatal foi praticada na frente de filhas em comum da vítima e do réu. Em um dos casos (processo 4), o filho da vítima, de 12 anos, esfaqueou o próprio pai na tentativa de conter a agressão dirigida a sua mãe e um amigo seu, que os abrigava em sua casa.

contextos que não lhes permitiram antecipar as agressões que sofreriam<sup>25</sup>. São retratos extremos de espaços de disciplinamento em que homens consideram-se injustamente provocados por mulheres que não os querem por perto, não lhes servem ou prescindem deles em seus projetos de vida. São retratos também, simultaneamente, de discursos jurídicos androcêntricos que dão suporte a desigualdades e assimetrias de gênero em diversas dimensões sociais, como mercado de trabalho, espaços públicos e representações midiáticas, retroalimentando o complexo processo de produção da violência de gênero.

---

<sup>25</sup> Em alguns casos analisados, destacam-se os contextos de dissimulação da violência sofrida pelas mulheres. Em um dos casos (processo 33), a vítima foi morta após ser convidada a reatar o relacionamento e manter relações sexuais com o réu, enquanto ainda estava nua. Em outro caso (processo 2), o laudo pericial demonstrou que o primeiro disparo que atingiu a vítima foi desferido pelo réu enquanto estavam abraçados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Instigado a investigar limites e possibilidades do recurso ao direito penal realizado com propósitos feministas, o presente trabalho dedicou-se a analisar a construção dos discursos judiciais relativos a homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ocorridos e julgados após a criação da Lei Maria da Penha, que é considerada referência internacional em política de enfrentamento da violência doméstica.

A abordagem dos processos foi orientada por um esforço de estranhamento da gramática legal dos casos, com o intuito de identificar ausências e presenças significativas para a compreensão da produção de gênero realizada pelos discursos jurídicos. Assim, além dos desfechos dos julgamentos de 35 homicídios de mulheres, foram analisadas a aplicação da Lei Maria da Penha, o tratamento discursivo dos históricos de violência doméstica e as teses das defesas, do Ministério Público e do Poder Judiciário quanto aos motivos da violência homicida.

Os dados coletados apontaram a baixa ocorrência da aplicação da Lei Maria da Penha; o tratamento arbitrário dos relatos de histórico de violência doméstica registrados nos processos; uma frequência expressiva de teses de defesa baseadas em estereótipos de gênero e argumentos legitimadores da violência, em geral rejeitadas pelas juradas, e contrapostas a interpretações despolitizadas da violência como decorrente de conflitos afetivos singulares feitas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

A multiplicidade de versões judiciais do fenômeno da violência remete à complexidade da construção dos discursos judiciais, dificilmente racionalizáveis em uma única leitura coerente e totalizante. Apesar disso, na perspectiva adotada por esse trabalho, o esforço de desconstrução crítica permanente desses discursos e de disputa de seus sentidos permanece importante. Não por uma crença simplista em possibilidades emancipatórias feministas decorrentes do recurso ao direito penal, sabidamente seletivo e androcêntrico, mas sim como resposta à percepção de que o silêncio pode contribuir para a reprodução dos efeitos do poder jurídico como tecnologia de gênero. E essa tecnologia tem produzido, até o momento, uma convivência próxima e cotidiana de mulheres com a violência, inclusive homicida. Constantemente despolitizada nos discursos judiciais, a violência doméstica e familiar termina por funcionar como mecanismo de disciplinamento e normalização dos corpos e subjetividades das mulheres no espaço da casa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. **Sequência**, n. 30, vol. 16, jun/1995, p. 24-36. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15819/14313>>. Acesso em 20 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Sistema penal máximo X Cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

ANIS – INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO. **O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal: relatório final de pesquisa**. Brasília, 2012.

ARDAILLON, Daniele; DEBERT, Guita. **Quando a Vítima é Mulher: Uma Análise dos Processos de Espancamento, Estupro e Homicídios de Mulheres**. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - TJDF. **Tribunal do Júri do Fórum de Riacho Fundo realiza seu primeiro julgamento**. Brasília, 30 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2012/julho/tribunal-do-juri-do-forum-do-riacho-fundo-realiza-seu-primeiro-julgamento>>, acesso em 16 fev. 2013.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT. **Tribunal do Júri de Núcleo Bandeirante realiza hoje primeiro julgamento**. Brasília, 08 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.mpdft.gov.br/portal/index.php/comunicacao-menu/noticias/notcias-2010-mainmenu-432/2231-tribunal-do-juri-do-nucleo-bandeirante-realiza-hoje-primeiro-julgamento>>, acesso em 16 fev. 2013.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008, p. 207-228.

BANDEIRA, Lourdes. ALMEIDA, Tânia Mara de. Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos. In: BANDEIRA, Lourdes. ALMEIDA, Tânia Mara de. MESQUITA, Andrea **Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação de DEAMs da Região Centro-Oeste**. Brasília: Cadernos Agende, 2004. p. 147-171.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, 05 jan. 1916. Revogada pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de

2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em 04 dez. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, 31 dez. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em 04. dez. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código Penal. **Diário Oficial da União**, 13 out. 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm)>. Acesso em 04. dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, 17 jan. 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869compilada.htm)>. Acesso em 04. dez. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 04 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm)>. Acesso em 04. dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 8 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2012.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Habeas Corpus nº 73.161-SC, Quinta Turma, Relatoria Ministra Jane Silva (Desembargadora Convocada – TJMG). Julgado em 29 ago. 2007, DJ 17 set. 2007. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre\\_Documento.asp?sSeq=716228&sReg=200602808430&sData=20070917&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=716228&sReg=200602808430&sData=20070917&formato=PDF)>, acesso em 08 fev. 2013.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Habeas Corpus nº 121.214-DF, Sexta Turma, Relatoria Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Julgado em 19 mai. 2009, DJe 08 jun. 2009. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=73161&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=73161&b=ACOR)>, acesso em 08 fev. 2013.

CAMPOS, Carmen Hein de. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003, p. 155-170.

\_\_\_\_\_. Razão e sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha. In: (Org.). **Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 01-12.

CAMPOS, Carmen Hein de. CARVALHO, Salo de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.p. 143-169.

COOK, Rebecca J.; CUSACK, Simone. **Estereótipos de gênero. Perspectivas legales transnacionales**. Traducción Andrea Parra. Colombia: Profamilia, 2010.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições. Graal, 1983.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS - CIDH. **Caso González y otras (“Campo Algodonero”) VS. México: Sentencia de 16 de noviembre de 2009**. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_205\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_esp.pdf)>. Acesso em 25 jan. 2013.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. **Direito Penal Comentado**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEBERT, Guita Grin; LIMA, Renato Sérgio de; FERREIRA, Maria Patrícia Corrêa. O Tribunal do Júri e as relações de afeto e solidariedade. In: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. (Orgs.). **Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/UNICAMP, 2008. p. 111-142.

DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13(2), 2008, p. 417-246.

DINIZ, Debora; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 2, dez. 2008, p. 78-90.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER – UNIFEM. **Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2008: Quem responde às mulheres?**

**Gênero e responsabilização.** Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000395.pdf>. Acesso em 25 jan. 2013.

GROSSI, Miriam. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. 1994. p. 462-472.

\_\_\_\_\_. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; Grossi, Miriam Pillar (orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000, p. 293-313.

KARAM, Maria Lúcia. Violência de Gênero: O Paradoxal Entusiasmo pelo Rigor Penal. **Boletim do IBCCrim**, ano 14, n. 168, nov. 2006, p. 6-7.

LARRAURI, Elena. La crisis de la criminología crítica. In: **La herencia de la criminología crítica**. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1992. p. 192-244.

LAURETIS, Teresa de. The technologies of gender. In: **Technologies of gender: Essays on Theory, Film and Fiction**. London: Macmillan Press, 1989. p. 1-30.

LIMA, Fausto Rodrigues de. Dos procedimentos – artigos 13 a 17. In: CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 265-287.

MACHADO, Lia Zanotta. Antropologia e Feminismo Diante da Violência. In: **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010. p. 70-109.

\_\_\_\_\_. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropologia**, n. 284, 2000. p. 1-20.

\_\_\_\_\_. Matar e morrer no feminino e no masculino. In: OLIVEIRA, Dijaci David de; GERALDES, Ellen Cristina; LIMA, Ricardo Barbosa de. (orgs.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Brasília: MNDH, 1998. p. 96-121.

MACKINNON, Catharine. **Toward a feminist theory of state**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

MAGALHÃES, Nayara Teixeira de. **Gênero e violência conjugal: olhares de um sistema de justiça especializado**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**. 1979. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>. Acesso em 25 jan. 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. "Convenção de Belém do Pará". 1994. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convencaobelem1994.pdf>. Acesso em 24 jan. 2013.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n.37, Campinas: Unicamp, 2011. p. 219-246.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana. 'Legítima defesa da honra': ilegítima impunidade dos assassinos: um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, 2006. p. 65-134.

RIFIOTIS, Theophilos; CASTELNUOVO, Natalia. La "violência" como punto de partida. In: (Orgs.). **Antropología, violencia y justicia: repensando matrices de la sociedad contemporánea en el campo del género y de la familia**. Buenos Aires: Antropofagia, 2011. p. 13-24.

SEGATO, Rita Laura. ¿Qué es un feminicidio? Notas para un debate emergente. **Série Antropologia**, n. 401, Brasília: UnB, 2006. p. 1-11.

SHAUGHNESSY, John J.; ZECHMEISTER, Eugene B.; ZECHMEISTER, Jeanne S. Pesquisa de levantamento. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia**. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. 9. ed. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2012. p. 150-189.

SMART, Carol. The quest for a feminist jurisprudence. In: **Feminism and the power of law**. New York: Routledge, 1989. p. 66-86.

SOARES, Barbara Musumeci. A 'conflitualidade' conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 5, n. 2, abr/mai/jun. 2012, p. 191-210.

SWAIN, Tânia Navarro. Teconologias sexuais e a construção da diferença sexual. **Mora – Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género**, vol. 17, n. 1, Buenos Aires, jan./ jul. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853-001X2011000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853-001X2011000100005&script=sci_arttext)>, acesso em 17 fev. 2013.

TEIXEIRA, Analba Brazão; RIBEIRO, Maria do Socorro Santos. "Legítima defesa da honra": argumentação ainda válida nos julgamentos dos crimes conjugais em Natal 1999-2005. In: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. (Orgs.). **Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/UNICAMP, 2008. p. 143-176.

TOKARSKI, Carolina. **Com quem dialogam os bacharéis em direito da Universidade de Brasília? A experiência da extensão jurídica popular no aprendizado da democracia**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. **2011 Global Homicide Study: trends, contexts, data**. Vienna: UNODC, 2011. Disponível em: <[http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa\\_study\\_on\\_homicide\\_2011\\_web.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web.pdf)>. Acesso em 03 dez. 2012.



WALSELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <[http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf)>. Acesso em 03 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2012. Caderno Complementar 1: Homicídio de mulheres no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <[http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_mulher.pdf](http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf)>. Acesso em 03 dez. 2012.

WARAT, Luis Alberto. Saber crítico e senso comum teórico dos juristas. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 3, n. 5, 1982, p. 48-57.

**ANEXO A – Parecer n. 09-10/2011 do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas - CEP-IH, da Universidade de Brasília - UnB**



**Comitê de Ética em Pesquisa**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Universidade de Brasília**

**ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA**

**Título do Projeto:** O IMPACTO DOS LAUDOS PERICIAIS NO CASO DE MULHERES ASSASSINADAS POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL

**Pesquisador(a) responsável:** DEBORA DINIZ

**Número do projeto:** 09 - 10/2011

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado “O IMPACTO DOS LAUDOS PERICIAIS NO CASO DE MULHERES ASSASSINADAS POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL”.

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (itens VII.13 letra “d” e IX.2 letra “c” da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 04 de novembro de 2011.